



**MUNICÍPIO DE IBAITI**  
ESTADO DO PARANÁ

Dispensa de Licitação  
Nº 099/2023  
Processo Administrativo  
Nº 535/2023

**DEPARTAMENTO DE OBRAS E PROJETOS**  
**ANTONIO CARLOS DONOLA**

**Objeto**

AQUISIÇÃO DE HERBICIDA A BASE DE GLIFOSATO, PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE IBAITI/PR;

Prazo de Entrega: (20 Dias);

Previsão Contratual: Até 60 Dias;

Critério de Avaliação: Dispensa, Por Item;

Valor Máximo: R\$ 15.300,00 (Quinze Mil e Trezentos Reais).

**ENCAMINHAMENTO**

DATA	UNIDADE	RÚBRICA		DATA	UNIDADE	RÚBRICA
1			1			
2			2			
3			3			
4			4			
5			5			
6			6			
7			7			
8			8			
9			9			
10			10			
11			11			
12			12			
13			13			



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
Departamento de Licitação e Contratos  
Ibaiti – Paraná



- 1 -

Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Solicitamos a aquisição de herbicida a base de glifosato, para manutenção das estradas rurais do Município de Ibaiti/PR.

O glifosato é conhecido por sua eficácia no controle de vegetação de indesejada, como ervas daninhas e arbustos, que podem comprometer a segurança e a acessibilidade das estradas rurais.

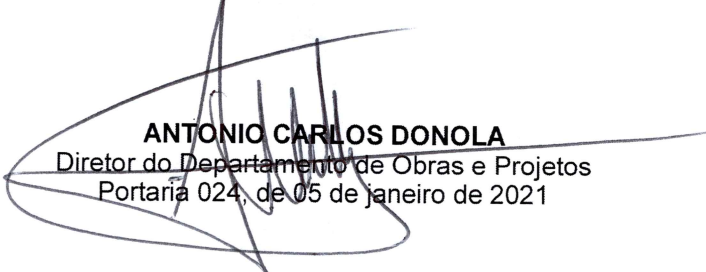
A aplicação de glifosato nas margens das estradas rurais ajudará a preservar a infraestrutura viária, prevenindo o crescimento excessivo de vegetação que pode danificar as bordas das estradas.

A vegetação descontrolada ao longo das estradas rurais pode representar riscos à segurança, como obstrução da visibilidade de sinalizações e curvas, aumentando o potencial de acidentes. O glifosato auxiliará na manutenção da visibilidade e na redução desses riscos.

Buscando dar celeridade ao procedimento, elaboramos uma pesquisa de preços para os itens a serem adquiridos, obtendo o menor valor de R\$ 15.300,00 (Quinze Mil e Trezentos Reais).

Por fim encaminhamos as informações juntamente com os orçamentos obtidos, certo de sua habitual atenção, aguardamos manifestação.

Ibaiti, 20 de dezembro 2023.

  
**ANTONIO CARLOS DONOLA**  
Diretor do Departamento de Obras e Projetos  
Portaria 024, de 05 de janeiro de 2021





# MUNICÍPIO DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ



**PORTARIA Nº 024, DE 5 DE JANEIRO DE 2021**

Nomeia o Senhor Antonio Carlos Donola, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Obras e Projetos.

O SENHOR ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que conferem o inciso VI, do art. 66, da Lei Orgânica Municipal, de 27.4.1990,


## RESOLVE

Art. 1º **NOMEAR** o senhor **ANTONIO CARLOS DONOLA**, portador da CI-RG nº 9.097.887-0 (SSP/PR), inscrito no CPF/MF sob nº 045.383.219-90, para exercer o cargo em comissão de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E PROJETOS**, com direito aos proventos fixados na Lei Complementar nº 581, de 23.12.2009 e na Lei nº 1005, de 29.7.2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**PUBLIQUE-SE**  
**COMUNIQUE-SE**  
**CUMPRA-SE**

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ**, aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um (5.1.2021).

  
**ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal



# DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE IBAITI-PR



Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2021 | EDIÇÃO Nº 1819 | IBAITI, TERÇA-FEIRA, 05 DE JANEIRO DE 2021

PÁGINA 12

## MUNICÍPIO DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 024, DE 5 DE JANEIRO DE 2021

Nomeia o Senhor Antonio Carlos Donola, para exercer o cargo em comissão de Diretor do Departamento de Obras e Projetos.

O SENHOR ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que conferem o inciso VI, do art. 66, da Lei Orgânica Municipal, de 27.4.1990,

### RESOLVE

Art. 1º NOMEAR o senhor ANTONIO CARLOS DONOLA, portador da CI-RG nº 9.097.887-0 (SSP/PR), inscrito no CPF/MF sob nº 045.383.219-90, para exercer o cargo em comissão de DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E PROJETOS, com direito aos proventos fixados na Lei Complementar nº 581, de 23.12.2009 e na Lei nº 1005, de 29.7.2020.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE  
COMUNIQUE-SE  
CUMpra-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, aos cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e um (5.1.2021).

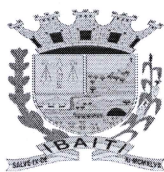
ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

Município de Ibaíti

Rua Vereador José de Moura Bueno, 23 - Praça dos Três Poderes - Centro - CEP 84.900-000  
Telefone (43)3546-7450 - E-mail: diario@ibaiti.pr.gov.br

Os atos oficiais publicados são assinados digitalmente





Município de Ibaíti  
Solicitação 375/2023  
Indicação de Recursos Orçamentários



Equipiano

Página:1

<b>Solicitação</b>			
Número	Tipo	Emitido em	Quantidade de itens
<b>375</b>	<b>Aquisição de Material</b>	19/12/2023	1
<b>Solicitante</b>		<b>Processo Gerado</b>	
Código	Nome	Número	
1500-8	ANTONIO CARLOS DONOLA	534/2023	
<b>Local</b>			
11	VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS		
<b>Órgão</b>			
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS		
<b>Forma de pagamento</b>			
Descrição		Tipo	
EM ATÉ 30 DIAS APÓS APRESENTAÇÃO DA NF-E		Depósito bancário	
<b>Entrega</b>			
Local		Prazo	
Determinado pelo Solicitante		20 Dias	

**Descrição:**

AQUISIÇÃO DE HERBICIDA A BASE DE GLIFOSATO, PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE IBAÍTI/PR.

**Justificativa:**

O GLIFOSATO É CONHECIDO POR SUA EFICÁCIA NO CONTROLE DE VEGETAÇÃO DE INDESEJADA, COMO ERVAS DANINHA E ARBUSTOS, QUE PODEM COMPROMETER A SEGURANÇA E A ACESSIBILIDADE DAS ESTRADAS RURAIS.

A APLICAÇÃO DE GLIFOSATO NAS MARGENS DAS ESTRADAS RURAIS AJUDARÁ A PRESERVAR A INFRAESTRUTURA VIÁRIA, PREVENINDO O CRESCIMENTO EXCESSIVO DE VEGETAÇÃO QUE PODE DANIFICAR AS BORDAS DAS ESTRADAS.

A VEGETAÇÃO DESCONTROLADA AO LONGO DAS ESTRADAS RURAIS PODE REPRESENTAR RISCOS À SEGURANÇA, COMO OBSTRUÇÃO DA VISIBILIDADE DE SINALIZAÇÕES E CURVAS, AUMENTANDO O POTENCIAL DE ACIDENTES. O GLIFOSATO AUXILIARÁ NA MANUTENÇÃO DA VISIBILIDADE E NA REDUÇÃO DESSES RISCOS.

Lote
001 Lote 001

Código	Nome	Unidade	Quantidade	Unitário	Valor
	04 SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS				
	001 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS				
	15.452.0011-2027 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS				
	3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO				
	3.3.90.30.00.00 MATERIAL DE CONSUMO				
	01740 00000 Recursos Ordinários (Livres)				Do Exercício
039734	HERBICIDA GLIFOSATO (GALÃO 20 LITROS) NOME COMUM: GLIFOSATO NOME QUÍMICO: N-(PHOSPHONOMETHYL) GLYCINE CONCENTRAÇÃO: SAL DE DIAMÔNIO DE GLIFOSATO 577,0 G/L(480 G/L EQUIVALENTE ÁCIDO) TIPO DE FORMULAÇÃO: CONCENTRADO SOLÚVELCLASSE:HERBICIDA SELETIVO CONDICIONAL DE AÇÃO SISTÊMICA GRUPO QUÍMICO:GLICINA SUBSTITUÍDA MECANISMO DE AÇÃO:INIBIDOR DA EPSPS CLASSE TOXICOLÓGICA:II ALTAMENTE TÓXICO POTENCIAL DE PERICULOSIDADE AMBIENTAL :III PERIGOSO AO MEIO AMBIENTE NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO: 01119 EMBALAGENS:20L COMPOSIÇÃO:SAL DE ISOPROPILAMINA DE N-(PHOSPHONOMETHYL) GLYCINE(GLIFOSATO).....480G/L (48,0%M/V) EQUIVALENTE ÁCIDO DE N-(PHOSPHONOMETHYL) GLYCINE(GLIFOSATO).....356 G/L (35,6% M/V) OUTROS INGREDIENTES .....684 G/L (68,4% M/V)	GL	17,00	900,00	15.300,00

Total da dotação 15.300,00





Município de Ibaiti  
Solicitação 375/2023  
Indicação de Recursos Orçamentários



Equiplano

Página 2

TOTAL 15.300,00

TOTAL GERAL 15.300,00

**Subtotal por fonte de recurso e conta de despesa**

04.001.15.452.0011.2027	15.300,00
Cod 01740 Fonte 00000 G.Fonte E	15.300,00

ANTONIO CARLOS DONOLA  
Solidante

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. - OBJETO

AQUISIÇÃO DE HERBICIDA A BASE DE GLIFOSATO, PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE IBAITI/PR

### 2. - JUSTIFICATIVA

O GLIFOSATO É CONHECIDO POR SUA EFICÁCIA NO CONTROLE DE VEGETAÇÃO DE INDESEJADA, COMO ERVAS DANINHAS E ARBUSTOS, QUE PODEM COMPROMETER A SEGURANÇA E A ACESSIBILIDADE DAS ESTRADAS RURAIS.

A APLICAÇÃO DE GLIFOSATO NAS MARGENS DAS ESTRADAS RURAIS AJUDARÁ A PRESERVAR A INFRAESTRUTURA VIÁRIA, PREVENINDO O CRESCIMENTO EXCESSIVO DE VEGETAÇÃO QUE PODE DANIFICAR AS BORDAS DAS ESTRADAS.

A VEGETAÇÃO DESCONTROLADA AO LONGO DAS ESTRADAS RURAIS PODE REPRESENTAR RISCOS À SEGURANÇA, COMO OBSTRUÇÃO DA VISIBILIDADE DE SINALIZAÇÕES E CURVAS, AUMENTANDO O POTENCIAL DE ACIDENTES. O GLIFOSATO AUXILIARÁ NA MANUTENÇÃO DA VISIBILIDADE E NA REDUÇÃO DESSES RISCOS.

### 3. - QUANTITATIVO / ESPECIFICAÇÕES / VALORES REFERENCIAIS

#### 3.1. - No quantitativo e especificações abaixo descritos.

Lote: 1 - Lote 001					
Item	Nome do produto	Quant	Unid	Preço máximo	Preço máximo total
1	HERBICIDA GLIFOSATO (GALÃO 20 LITROS) NOME COMUM: GLIFOSATO NOME QUÍMICO: N-(PHOSPHONOMETHYL) GLYCINE CONCENTRAÇÃO: SAL DE DIAMÔNIO DE GLIFOSATO 577,0 G/L(480 G/L EQUIVALENTE ÁCIDO) TIPO DE FORMULAÇÃO: CONCENTRADO SOLÚVEL CLASSE: HERBICIDA SELETIVO CONDICIONAL DE AÇÃO SISTÊMICA GRUPO QUÍMICO: GLICINA SUBSTITUÍDA MECANISMO DE AÇÃO: INIBIDOR DA EPSPS CLASSE TOXICOLÓGICA: II ALTAMENTE TÓXICO POTENCIAL DE PERICULOSIDADE AMBIENTAL : III PERIGOSO AO MEIO AMBIENTE NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO: 01119	17,00	GL	900,00	15.300,00

EMBALAGENS:20L COMPOSIÇÃO: SAL DE ISOPROPILAMINA DE N-(PHOSPHONOMETHYL) GLYCINE(GLIFOSATO).....480G/L (48,0%M/V) EQUIVALENTE ÁCIDO DE N-(PHOSPHONOMETHYL) GLYCINE(GLIFOSATO).....356 G/L (35,6% M/V) OUTROS INGREDIENTES .....684 G/L (68,4% M/V)				
TOTAL				15.300,00

3.2. - Empresas que participaram dos orçamentos:

EMPRESA	CNPJ
PLANTIUM DISTRIBUIDORA LTDA EPP	09.590.203/0001-50
E.R. FELIX - PRODUTOS AGROPECUÁRIOS - ME	07.296.219/0001-29
NORTE PIONEIRO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME	18.676.583/0001-30

**4. - LOCAIS DE ENTREGA DOS BENS OU REALIZAÇÃO DOS SERVIÇO**

Local de Entrega: Departamento de Obras e Projetos - Av. Alice Pereira Goulart, s/nº

Prazo de Entrega: 20 Dias

Vigência Contratual Prevista: 60 Dias

**5. - ESTRATÉGIA DE FORNECIMENTO, PRAZO DE ENTREGA**

A entrega do objeto deverá ser feita após a solicitação e efetuada em até **20 (vinte) dias**, observado o disposto no parágrafo único do artigo 110 da Lei nº 8.666/93; após o recebimento da Ordem de Entrega expedida pelo Departamento responsável.

A entrega deverá ser de acordo estritamente com as especificações descritas no Termo de Referência, sendo de inteira responsabilidade a reposição do objeto que venha a ser constatado não estar em conformidade com as referidas especificações.

**6. - ACOMPANHAMENTO DA ENTREGA**

O acompanhamento da entrega do objeto se dará pelo Departamento solicitante.

**7. - CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE**

Após solicitação formal da **CONTRATANTE**, através de emissão de requisição de compras/serviço da Prefeitura Municipal, o recebimento se efetivará nos seguintes termos:

- Provisoriamente para efeito de posterior verificação do objeto;
- Definitivamente, após a verificação da qualidade e consequente aceitação pelo setor competente;



---

**8. - DA VERACIDADE DOS ORÇAMENTOS**

---

Venho firmar que os orçamentos enviados juntamente a este Termo de Referência, foram por mim verificados e são verdadeiros.

---

**9. - DISPOSIÇÕES GERAIS/INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

---

Conforme quantitativo e especificações constantes deste Termo de Referência, dele fazendo parte na íntegra e produzindo todos os efeitos legais decorrentes da futura contratação. As demais condições de contratação são estabelecidas nos documentos que compõem o presente procedimento administrativo.

Ibaiti, 20 de Dezembro de 2023.



**ANTONIO CARLOS DONOLA**  
Diretor do Departamento de Obras e Projetos  
Portaria 024, de 05 de janeiro de 2021

Aprovo o presente Termo de Referência:

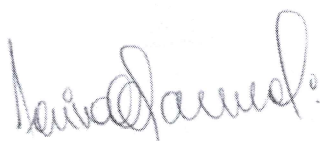
**ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal

**ORÇAMENTO PREFEITURA MUNICIPAL DE IBAÍTI-PR**

Item	Descrição	Unidade	Quant.	MARCA E FABRICANTE	Valor Máximo Unitário (R\$)	Valor Máximo Total (R\$)
1	HERBICIDA – COM ELEMENTO ATIVO GLIFOSATO, N.A COMPOSIÇÃO DE 480G/L, EMBALADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO	GL DE 20 LT	17	DUNN N.A/ SUMITOMO	900,00	15.300,00

**Prazo de validade da cotação: 60 (SESSENTA) dias.****Condições de pagamento: 30 (trinta) dias.****Prazo de entrega: 15 (QUINZE) dias.**

<b>Proponente:</b> Plantium Distribuidora Ltda EPP.	
CNPJ: 09.590.203/0001-50	IE: 90441665-74 Municipal : 12.573
Endereço: José Bonifácio, nº 547 – Vila São José - Santo Antonio da Platina – Paraná	
CEP: 86.430-000 Fone/Fax: (43) 3534-6800 Email: folhaviva@hotmail.com	
Banco: Banco do Brasil N° do Banco: 001 Agência: 0426-X Conta Corrente: 17.747-4.	
Nome: Lorival Aparecido Gavioli.	

**PLANTIUM** DISTRIBUIDORA LTDA - EPP  
CNPJ: 09590.203/0001-50 Inscr. Est.: 90441665-74  
Rua Jose Bonifácio, 547 Vila São José CEP 86430-000  
Santo Antônio da Platina - PR

Santo Antônio da Platina – PR, 19 de Dezembro de 2023

**PLANTIUM DISTRIBUIDORA LTDA EPP REPRESENTANTE  
LEGAL**LORIVAL APARECIDO GAVIOLI  
CPF: 045.073.368-80 RG 13.422.049-3SSP/SSP



## PROPOSTA COMERCIAL

A empresa **E. R. FELIX - PROD. AGROP. - ME** com sede na cidade de Siqueira Campos/PR, Rua Benjamin Constant, 1501 - Sala 01, Bairro Santuário, com CNPJ sob n.º **07.296.219/0001-29**, Inscrição Estadual **90433980-64** fone/fax: **(43)3571-4474** email [ruralfelix@gmail.com](mailto:ruralfelix@gmail.com).

Propõe os produtos abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UF	MARCA	ESTIMATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	HERBICIDA - COM ELEMENTO ATIVO GLIFOSATO, N.A COMPOSIÇÃO DE 480G/L, EMBALADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO	UNI	TROP N.A/ ADAMA	17	960,00	16.320,00

**PRAZO DE PAGAMENTO: 30 DIAS CORRIDOS**

**PRAZO DE ENTREGA: 20 DIAS CORRIDOS**

**VALIDADE DA PROPOSTA: 60 DIAS CORRIDOS**


**GARANTIA DO PRODUTO: 12 MESES**

**FRETE: CIF**

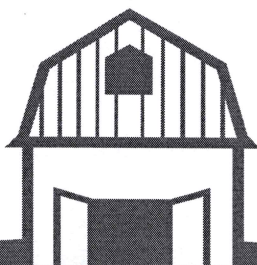
**FATURAMENTO MINIMO DA EMPRESA: R\$ 1.000,00 (Mil Reais)**

**Orçamento sujeito a análise de crédito.**

Siqueira Campos/PR, 20 de DEZEMBRO de 2023.



REPRESENTANTE LEGAL  
**Eder Rodrigo Felix**  
RG 7.553.446-9 SSP/PR  
CPF. 024.307.269-47

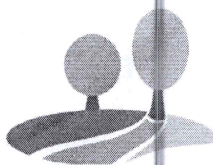


[ruralfelix@gmail.com](mailto:ruralfelix@gmail.com)

(43) 3571-4474

Rua Benjamin Constant, 1501 - sala 01 - Santuário - CEP  
84940 - 000 - Siqueira Campos - PR





Norte Pioneiro  
Comércio e Serviços Ltda ME  
27

CNPJ 18.676.583/0001-30

Inscrição Estadual  
90639416-



PREFEITURA MUNICIPAL DE IBAÍ-PR

**PROPOSTA DE PREÇOS**

**Razão Social:** Norte Pioneiro Comércio e Serviços Ltda ME  
**CNPJ:** 18.676.583/0001-30 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:** 90639416-27  
**Tel/Fax:** (43)3534-3993 / **Cel:** (43)99608-0001 **INSCRIÇÃO MUNICIPAL:** 14.573  
**Endereço:** Rua Rio Branco nº678, Sala A **Bairro:** Centro  
**Cidade:** Santo Antônio da Platina – Paraná **E-mail:** [nortepioneiro1@gmail.com](mailto:nortepioneiro1@gmail.com)  
**Banco do Brasil** **Conta Corrente:** 29.452-7 **Agência:** 0426-x  
**Juliane Mialski Vilas Bôas** **Sócia Gerente**  
**Rg 7.328.331-0 SSP/PR** **CPF 007.901.659-61**

ITEM	QTD	UNI	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	PREÇO UNIT (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	17	GL 20 LT	HERBICIDA – COM ELEMENTO ATIVO GLIFOSATO, N.A COMPOSIÇÃO DE 480G/L, EMBALADO EM EMBALAGEM APROPRIADA PARA O PRODUTO	GLIFOSARTO FERSOL N.A FERSOL.	1.100,00	18.700,00

**VALOR TOTAL DA PROPOSTA: 18.700,00 (DEZOITO MIL, SETECENTOS REAIS).**

**Do Prazo de Entrega:** 30 (TRINTA) dias

**Do Pagamento:** pagamento em até 30 (trinta) dias.

**Do Prazo de Validade da Proposta:** prazo de validade da proposta em 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da mesma;

Santo Antônio da Platina/PR, 20 de DEZEMBRO de 2023.

**Norte Pioneiro Comércio e Serviços Ltda Me**  
**Cargo:** Sócia Administradora  
Juliane Mialski Vilas Bôas  
CPF: 007.901.659-61 e RG: 7.328.331-0 SSP/PR

### DECLARAÇÃO DA VERACIDADE DOS ORÇAMENTOS

Objeto: AQUISIÇÃO DE HERBICIDA A BASE DE GLIFOSATO, PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE IBAITI/PR

**Declaro** que todas as informações e demais documentos, notadamente, os orçamentos que acompanham o pedido de abertura de processo licitatório de compras são verdadeiros, conforme rubrica/assinatura em cada um deles, responsabilizando-me civil e criminalmente;

**Declaro** ainda que os preços pesquisados são os praticados no mercado fornecedor dos produtos e/ou dos serviços pleiteados, de modo que o orçamento estimativo reflete, de fato, os preços praticados no mercado nas datas constantes nos orçamentos.

Estou ciente de que:

“Não constitui incumbência obrigatória da CPL, do pregoeiro ou da autoridade superior realizar pesquisas de preços no mercado e em outros entes públicos, sendo essa atribuição, tendo em vista a complexidade dos diversos objetos licitados, dos setores ou pessoas competentes envolvidas na aquisição do objeto” (Acórdão nº 3516/2007, Primeira Câmara, Relator Min. Aroldo Cedraz, Processo nº 005.991/2000-7).

Para calcular o custo do objeto proposto, o interessado deverá realizar prévias pesquisas de preços no mercado fornecedor dos produtos ou dos serviços pleiteados. Também poderá se valer de informações contidas em bancos de dados informatizados, pesquisas na internet, publicações especializadas e outras fontes.” (Manual de Convênios do Tribunal de Contas da União).

E para que surta os efeitos legais, firmo o presente.

Ibaiti (PR), 20 de Dezembro de 2023.

**ANTONIO CARLOS DONOLA**  
Diretor do Departamento de Obras e Projetos  
Portaria 024, de 05 de janeiro de 2021

**Gabinete do Prefeito**

Em atenção à solicitação do Senhor Antônio Carlos Donola, M.D. Diretor do Departamento de Obras e Projetos, visando à aquisição de herbicida a base de glifosato, para manutenção das estradas rurais do Município de Ibaiti/PR. informações;

Determino:

- ✓ Acolho a presente solicitação;
- ✓ Encaminhe-se para o Departamento de Licitações, para manifestação acerca da aquisição ora solicitada;
- ✓ Após, solicitar da Secretaria Municipal de Finanças e do Departamento de Contabilidade certidão de existência de dotação e saldo orçamentário para fazer face as despesas nos ternos dos art. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, elaborando, quando for o caso, o impacto orçamentário financeiro;
- ✓ Após, à Procuradoria Jurídica para viabilidade do pedido e enquadramento na legislação em vigor;
- ✓ Volte-se para decisão.

Ibaiti, 20 de Dezembro de 2023.



**Antonely de Cassio Alves de Carvalho**  
Prefeito Municipal





SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD

Departamento de Licitação e Contratos

Ibaiti – Paraná



**Departamento de Licitações e Contratos**

Pelo presente expediente, em cumprimento ao despacho do Excelentíssimo Senhor Prefeito, informamos a inexistência de processo licitatório vigente que disciplina a **AQUISIÇÃO DE HERBICIDA A BASE DE GLIFOSATO, PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE IBAITI/PR**. Informamos ainda que, de acordo com o referido objeto, e, diante da necessidade ora solicitada, acreditamos que sua aquisição possa ser efetuada através de Processo de Dispensa de Licitação; justificando e comprovando sua necessidade, amparado pelo inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, nestes termos:

*Art. 24. É dispensável a licitação:*


*[...]*

*II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;*

Sendo assim, o art. 24 da Lei nº 8.666/93 regulamenta as dispensas de licitações em compras públicas, porém, primeiramente se faz necessário a emissão de Parecer Jurídico Prévio em face aos processos de dispensa e/ou inexigibilidade.

Sem mais para o momento, aguardamos manifestação.

Ibaiti, 20 de Dezembro de 2023.

  
**Bruno Otávio dos Santos Machado Rodrigues**  
Diretor do Departamento de Licitações e Contratos  
Portaria nº 031, de 06/01/2021



# SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD

Departamento de Licitação e Contratos

Ibaiti – Paraná



## Declaração de Adequação Orçamentária

Processo Administrativo nº: 535/2023

Objeto: AQUISIÇÃO DE HERBICIDA A BASE DE GLIFOSATO, PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE IBAITI/PR

Eu, **GUILHERME AUGUSTO DE OLIVEIRA LEITE**, Secretário Municipal de Administração, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento ao contido no art. 167, inc. I e II, da Constituição Federal, no art. 37, inc. IV, da Lei complementar n. 101/2000, e no art. 7º, caput, § 2º, inc. III e § 9º, no art. 14, no art. 38 e no art. 55, inc. V, todos da Lei nº 8.666/1993, que exigem que nos procedimentos licitatórios referentes a obras, serviços e compras, assim como os procedimentos de contratação direta por meio de dispensa e de inexigibilidade de licitação, somente poderão ser iniciados quando houve previsão de recursos orçamentários que assegurem o pagamento das obrigações decorrentes, **DECLARO** existir disponibilidade orçamentária para atender ao presente objeto, cujo gasto estima-se no valor de **R\$ 15.300,00 (Quinze Mil e Trezentos Reais)** a ser empenhado, conforme quadro abaixo:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2023	1740	04.001.15.452.0011.2027	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

A referida despesa está adequada à Lei Federal nº 8.666/1993 e ao Orçamento-Programa do Exercício de 2022, está incluída no Plano Plurianual 2022/2025, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentaria Anual do corrente ano.

Ibaiti, 21 de Dezembro de 2023.

*Guilherme Augusto de Oliveira Leite*  
Secretário Municipal de Administração  
Portaria nº 02, de 04 de janeiro 2021

*Amilson Gonçalves*  
Contador  
CRC/Pr nº 043334/O-9



# DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE IBAÍTI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2021 | EDIÇÃO Nº 1844 | IBAÍTI, TERÇA-FEIRA, 09 DE FEVEREIRO DE 2021

PÁGINA 29



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SETOR DE LICITAÇÃO, CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

### PARECER JURIDICO REFERENCIAL Nº 001 / 2021

**CONSULENTE:** DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.

**ASSUNTO:** DISPENSA DE LICITAÇÃO

- Em razão do valor (incisos I e II do art. 24, da Lei 8.666/93).

### CONSULTA JURÍDICA:

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO.  
LICITAÇÃO. CONTRATO ADMINISTRATIVO.  
DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR  
(INCISOS I E II DO ART. 24, DA LEI 8.666/93.  
PARECER JURÍDICO REFERENCIAL.  
ANÁLISE.APROVAÇÃO. DECRETO MUNICIPAL.

### I - CONSULTA

O Departamento de Licitações e Contratos solicita desta Procuradoria emissão de Parecer Jurídico Referencial, com fundamento no Decreto Municipal n. 1924, de 06 de maio de 2019, relativamente ao procedimento de dispensa de Licitação em razão do valor (incisos I e II do art. 24, da Lei 8.666/93.

### II - ANÁLISE

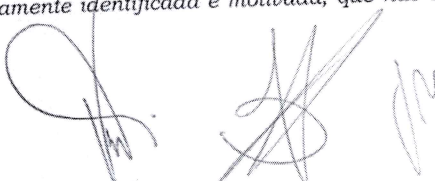
#### 1.

Preliminarmente, relevante destacar o conteúdo do referido decreto, publicado no Diário Oficial do Município (DOM), Edição 1415/19, pág. 1, em 06/05/2019:

*Art.1º As minutas de editais de licitação e de chamamento público, bem como as dos instrumentos de contratos, acordos, convênios, parcerias, termos de aditamento, ajustes e outros instrumentos congêneres devem ser previamente examinadas e aprovadas pela Procuradoria-Geral do Município, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93 e do art. 35, inciso VI, da Lei n. 13.019/2014.*

*Parágrafo único. Antes do envio do processo para exame da Procuradoria-Geral, o Órgão Consultante deverá elaborar lista de verificação do cumprimento das exigências legais aplicáveis ao caso concreto (check-list), a ser juntada aos autos do processo administrativo.*

*Art.2º É dispensado o envio do processo à Procuradoria-Geral do Município se houver parecer jurídico referencial exarado por esse órgão, inclusive com aprovação de minuta-padrão, ressalvada a hipótese de consulta acerca de dúvida jurídica específica, devidamente identificada e motivada, que não seja sanada pelo parecer referencial.*







## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

### SETOR DE LICITAÇÃO, CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

§ 1º O parecer jurídico referencial deverá instruir o processo administrativo em questão, cabendo ao titular da pasta atestar, no caso concreto, o atendimento das exigências legais nele previstas.

§2º A elaboração do parecer jurídico referencial é de competência exclusiva da Procuradoria-Geral do Município, mediante solicitação dos Órgãos da Administração Direta ou dos Entes da Administração Indireta do Município (Autarquias e Fundações), devendo ser firmados pelo Procurador do Município ao qual a consulta foi distribuída, pelo Procurador do Município responsável pelo Setor de Licitações, Convênios e Contratos Administrativos da consulta e ratificados pela Procuradoria-Geral Adjunta de Gestão da Consultoria e pelo Procurador-Geral do Município.

Art.3º Nos procedimentos vinculados à Lei nº 13.019/2014, que regulamenta as parcerias celebradas entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil, quanto à emissão do parecer jurídico, aplica-se o disposto nos parágrafos 1º e 2º do Art. 34 do Decreto Municipal nº 1210/2017.

Art.4º A Procuradoria-Geral do Município deverá manter controle específico sobre os pareceres referenciais por ela exarados, utilizando-se de sistema ou metodologia que permita a celeridade consulta aos registros dos documentos.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Como se vê, o decreto prevê a possibilidade de a Procuradoria-Geral do Município emitir parecer que servirá de referência em futuros processos administrativos (daí o nome 'Parecer Jurídico Referencial'), dispensando-se, assim, o encaminhamento destes à análise desse órgão, salvo se subsistir dúvida de ordem jurídica que não seja sanada por este parecer genérico.

Evidencia-se, assim, a intenção do administrador de dar celeridade aos processos administrativos, evitando-se a formalização de consultas jurídicas idênticas à Procuradoria-Geral, sobretudo em casos considerados rotineiros e que possam ser respondidas com base em manifestação única e genérica.

Tal disposição normativa, a meu ver, encontra fundamento no art. 37, caput, da Constituição Federal, segundo o qual a administração pública deve obedecer, dentre outros, ao princípio da eficiência.

O princípio da eficiência é um dos princípios norteadores da administração pública anexado aos da legalidade, finalidade, da motivação, da razoabilidade, da proporcionalidade, da moralidade, da ampla defesa, do contraditório, da segurança jurídica e do interesse público, e foi incluído no ordenamento jurídico brasileiro de forma expressa na Constituição Federal, com a promulgação da emenda constitucional n. 19, de 4 de junho de 1998, alterando o art. 37.

O renomado HELY LOPES MEIRELLES<sup>1</sup> definiu o princípio da eficiência como "o que se impõe a todo agente público de realizar suas atribuições com presteza, perfeição e rendimento profissional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório



# DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2021 | EDIÇÃO Nº 1844 | IBAITI, TERÇA-FEIRA, 09 DE FEVEREIRO DE 2021

PÁGINA 31



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SETOR DE LICITAÇÃO, CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros", acrescentando que "o dever da eficiência corresponde ao dever da boa administração"

Para a professora MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO<sup>2</sup> "o princípio apresenta-se sob dois aspectos, podendo tanto ser considerado em relação à forma de atuação do agente público, do qual se espera o melhor desempenho possível de suas atuações e atribuições, para lograr os melhores resultados, como também em relação ao modo racional de se organizar, estruturar, disciplinar a administração pública, e também com o intuito de alcance de resultados na prestação do serviço público".

Vale ressaltar que o princípio da eficiência deve estar submetido ao princípio da legalidade, pois nunca se poderá justificar a atuação administrativa contrária ao ordenamento jurídico, por mais eficiente que seja, na medida em que ambos os princípios devem atuar de maneira conjunta e não sobrepostas.

2.

Superada essa questão preliminar, passo a análise do mérito da consulta.

2.1.

A Constituição, em seu art. 37, XXI, determina que a aquisição de bens e serviços por parte dos entes públicos se dará por intermédio de regular licitação pública, que garanta a igualdade de condições competitividade entre os licitantes (Isonomia). O referido dispositivo constitucional trata regra do dever geral de licitar.

Como dito, portanto, a regra para aquisições, contratações e concessões na Administração Pública é a LICITAÇÃO.

Todavia, o mesmo dispositivo constitucional retromencionado que traz a regra da obrigatoriedade da licitação, o excepciona com a expressão "ressalvados os casos especificados na legislação".

A princípio, essa ressalva foi interpretada como sendo a DISPENSA e a INEXIGIBILIDADE.

A regulamentação exigida pela Constituição veio pela Lei Federal nº. 8.666 de 1993.

A Lei nº. 8.666 de 1993 traz nos incisos de seu art. 24 elenco taxativo de casos de dispensa de licitação, atualmente classificados pela doutrina como Contratação Direta os seguintes institutos: Dispensa de Licitação, Licitação Dispensada, Inexigibilidade e – Vedação.

No caso específico da Consulta, este parecer vai ater-se tão somente na hipótese de Dispensa de Licitação para os casos de compras e serviços de baixo valor, encontrando respaldo legal nos incisos I e II do art. 24, da Lei 8.666/93, valendo





# DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE IBAITI-PR



Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2021 | EDIÇÃO Nº 1844 | IBAITI, TERÇA-FEIRA, 09 DE FEVEREIRO DE 2021

PÁGINA 32



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

SETOR DE LICITAÇÃO, CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

frisar que em todas as situações elencadas no art. 24, da Lei 8.666/93, a realização do processo licitatório é viável, mas se mostra inconveniente aos interesses públicos, seja porque os custos do certame superariam os gastos com a contratação, seja por questões de emergência, dentre outras razões tópicas.

Vejamos:

(...) Lei 8.666/93

"Art. 24. É dispensável a licitação:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Com efeito, no caso de Licitações Dispensáveis - baseado em pequeno valor (art. 24, incisos I e II, o legislador, com o intuito de evitar a onerosidade que decorre de todo o procedimento licitatório, optou em elencar estes casos como dispensa de licitação, tendo em visto o valor do contrato ser ínfimo, tomando por fundamento o princípio da economicidade.

Pode-se observar que há um desequilíbrio no que diz respeito ao custo/benefício, nas hipóteses em que se verifica a superioridade de custo do certame em relação ao benefício que se extrairia, conforme elucida Justen Filho (2010. P. 302):

*"A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública."*

Sobre esses dois casos, Di Pietro (2014, p.398) elucida o seguinte:

(...) é dispensável a licitação para obras e serviços de engenharia de valor até 10% do limite previsto na alínea a, do inciso I do art. 23, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviços ou ainda de obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizados conjunta ou concomitantemente (art. 24, com redação dada pela Lei 9.648/98; para outros serviços e compras de valor até 10% do limite previsto na alínea a, do inciso II, do artigo 23, e para alienações, nos casos previstos na Lei (art. 17), desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviços, compra ou alienação de maior vulto que possa ser de uma vez só (inciso II, alterado pela Lei 9.648/98.





# DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE IBAITI-PR



Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2021 | EDIÇÃO Nº 1844 | IBAITI, TERÇA-FEIRA, 09 DE FEVEREIRO DE 2021

PÁGINA 33



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

SETOR DE LICITAÇÃO, CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

Hely Lopes Meirelles ensina que a licitação dispensada: *"é aquela que a própria lei declarou-a como tal"*.

José Santos Carvalho Filho acrescenta que *está se caracteriza pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela particularidade do caso, decidiu o legislador não torná-lo obrigatório*.

Por fim, Justen Filho (2010, p. 302) aduz que *"não se admite o parcelamento de contratações que possam ser realizadas conjunta ou concomitantemente (...)"*.

Cabe aqui frisar que há certa discricionariedade do agente administrativo, já que a licitação não é proibida. Entretanto, este deve levar em conta que a realização do certame deve também ser vantajosa para a Administração e respeitar o princípio da economicidade.

Assim, tem-se que o procedimento de dispensa busca o atendimento aos princípios da duração razoável do processo, da celeridade, e da economia processual, conceituados no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal e no art. 14 do Decreto-Lei 200/1967, respectivamente.

Cumpre, por fim, ressaltar que, a contratação direta não possibilita a Administração Pública o uso de critérios arbitrários e sem fundamentação legal. Mesmo nos casos de inexigibilidade e dispensa de licitação, devem ser cumpridos os mesmos requisitos adotados pelo processo licitatório, tais como instauração de processo administrativo – que possibilite o controle interno, judicial e social – e a aplicação dos princípios da Moralidade e da Supremacia do Interesse Público.

### III - CONCLUSÃO

Posto isso, cumpridas as exigências retronominadas, é possível a contratação por Dispensa de Licitação em Função do Valor com fundamento nos incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/93, havendo necessidade de processo administrativo, nos termos do 26 e 38 da Lei 8.666/93 (por analogia), havendo Decisões do TCE/PR sobre a obrigatoriedade de Processo formal nos casos de dispensa e inexigibilidade: -Processo nº 138272/06, Acórdão 257/2009 da Primeira Câmara, de 10/02/2009, -Processo nº 157726/07, Acórdão 245/2009 da Primeira Câmara, de 10/02/2009, -Processo nº 13394-4/08, Acórdão nº 237/09 – Pleno -Instrução Normativa nº 33/2009-TCE/PR.

Vale lembrar ainda que, apesar de ocorrer apenas na fase interna, o referido processo administrativo deverá conter:

- ✓ - justificativa de necessidade da aquisição/contratação
- ✓ - motivação do afastamento da licitação
- ✓ - razão da escolha do fornecedor ou executante
- ✓ - justificativa do preço
- ✓ - qualificação do contratado
- ✓ - ratificação da autoridade superior
- ✓ - publicação em órgão oficial de imprensa
- ✓ - contrato administrativo (se for o caso)



# DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE IBAITI-PR



Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2021 | EDIÇÃO Nº 1844 | IBAITI, TERÇA-FEIRA, 09 DE FEVEREIRO DE 2021

PÁGINA 34



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

SETOR DE LICITAÇÃO, CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

Sem esquecer a obediência aos princípios gerais da licitação e a outros, peculiares à sistemática da dispensa e da inexigibilidade.

Deve conter no Processo de Dispensa ou inexigibilidade, os seguintes documentos básicos:

- ✓ - manifestação da autoridade competente para solicitar a compra ou contratação;
- ✓ - no mínimo três propostas de preços, por escrito (pode ser email);
- ✓ - parecer contábil, informando a existência de dotação orçamentária;
- ✓ - parecer jurídico no caso específico da consulta (art. 24, I e II, da Lei nº 8.666/1993), quando demandar análise de termo, contrato, edital ou outro documento relacionado no art. 38 parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993, ou quando houver dúvida jurídica especificamente formulada;
- ✓ - ratificação da autoridade (autorização para adquirir/contratar);
- ✓ - contrato dos serviços ou autorização de compra;
- ✓ - comprovante de publicação do extrato;
- ✓ Obs. Os documentos deverão estar juntos, em processo com capa e indicações autuação, etc;
- ✓ Observar a NOTA TÉCNICA nº 01/2018 - CGF/TCE-PR, entendendo que as disposições do artigo 23 da Lei 8.666/93 são vinculantes para todas as esferas da Federação, e que os valores fixados pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, se aplicam, desde a sua entrada em vigência (19/07/2018), a toda Administração Pública municipal e estadual. Desse modo, nos termos do art. 1º do Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, foram atualizados nos seguintes patamares: \

I - para obras e serviços de engenharia:

- a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);
- b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e
- c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

- a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);
- b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e
- c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais).

Por conseguinte, também foram alterados os seguintes valores de referência:



# DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE IBAÍTI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2021 | EDIÇÃO Nº 1844 | IBAÍTI, TERÇA-FEIRA, 09 DE FEVEREIRO DE 2021

PÁGINA 35



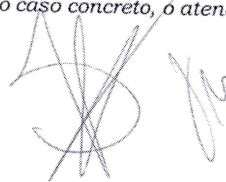
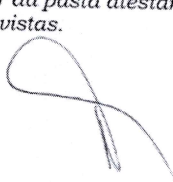
## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SETOR DE LICITAÇÃO, CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

- Para pequenas compras de pronto pagamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido no art. 23, inciso II, alínea "a" da referida Lei, feitas em regime de adiantamento, o limite máximo passa para R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais);
- Para as disposições do art. 24, os valores dispensáveis da licitação foram atualizados nos seguintes patamares:
  - obras e serviços de engenharia de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso I do art. 23, foram alterados para R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;
  - outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do art. 23, foram alterados para R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.
- Para as licitações ou conjunto delas, que requererem a realização prévia de audiências públicas, conforme previsto no artigo 39 da Lei 8.666/93, os valores mínimos passam para R\$ 330.000.000,00 (trezentos e trinta milhões de reais).

Ante o exposto, concluo que uma vez observados os preceitos legais acima relatados, bem como todas as recomendações quanto a formalização do processo administrativo de Dispensa de **Licitação para os casos específicos da consulta (art. 24, I e II, da Lei nº 8.666/1993 – contratações de pequeno valor)**, por tratar-se de contratações de baixo valor pecuniário, sendo um processo simplório, pois não se reveste com os mesmos atos e documentos que são inerentes ao procedimento licitatório comum, entendemos que o Departamento de Licitações e Contratos poderá se utilizar-se deste "Parecer Jurídico Referencial em futuros processos administrativos (daí o nome 'Parecer Jurídico Referencial')", **dispensando-se, assim, o encaminhamento destes à análise desse órgão, salvo se subsistir dúvida de ordem jurídica que não seja sanada por este parecer genérico.**

*O parecer jurídico referencial deverá instruir todos os processos administrativos em questão, cabendo ao titular da pasta atestar, no caso concreto, o atendimento das exigências legais nele previstas.*







# DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE IBAITI-PR

Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2021 | EDIÇÃO Nº 1844 | IBAITI, TERÇA-FEIRA, 09 DE FEVEREIRO DE 2021

PÁGINA 36



## PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

SETOR DE LICITAÇÃO, CONVÊNIOS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

Ressalto que em casos de contratações de pequeno valor com fundamento no art. 24, I ou II, da lei n. 8.666/93, que houver necessidade de análise de minuta de contrato não padronizada, ou haja, o administrador, suscitado dúvida jurídica sobre tal contratação, será obrigatória a manifestação jurídica da Procuradoria Geral do Município.

Por conseguinte, fica revogado a partir desta data o **PARECER JURÍDICO REFERENCIAL Nº 001/ 2019**, publicado no Diário Oficial, Edição nº 1528, em 16 de outubro de 2019, pag. 04.

À ratificação do Procurador Geral do Município, nos termos do art. 2º, § 2º, do referido Decreto Municipal.

Ibaíti (PR), 08 de fevereiro de 2021

**VALDEMIR BRAZ BUENO**

**Procurador Municipal**

Portaria n. 675/2001, de 01.02.2001

OAB/PR 15.222

**RAFAEL AUGUSTO BUENO DE OLIVEIRA**

**Assessor Jurídico** - OAB/PR nº 75.940

Portaria nº 001, de 05/01/2021 - FHSMI

**Ratifico.**

**JUVENTINO ANTONIO DE MOURA SANTANA**

**Procurador Geral**

Portaria n. 001, de 04/01/2021

OAB-PR 37.806



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD

Departamento de Licitação e Contratos

Ibaiti – Paraná




**Departamento de licitações e contratos**

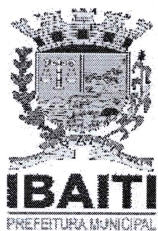
Excelentíssimo Senhor Prefeito,

Em atenção às orientações contidas no Parecer Jurídico anexo, acerca da **aquisição** ora solicitada, em cumprimento às normas da Lei nº 8.666/93, solicitamos de Vossa Excelência a **Autorização** para realização de **Dispensa a Licitação** para **AQUISIÇÃO DE HERBICIDA A BASE DE GLIFOSATO, PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE IBAITI/PR**, com o critério de julgamento de **Dispensa Por item**, conforme as denominações e especificações dispostas na solicitação.

Sem mais para o momento, aguardamos manifestação.

Ibaiti, 21 de Dezembro de 2023

  
**Bruno Otávio dos Santos Machado Rodrigues**  
Diretor do Departamento de Licitações e Contratos  
Portaria nº 031, de 06/01/2021



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD

Departamento de Licitação e Contratos

Ibaiti – Paraná



**Gabinete do Prefeito**

Em atenção às informações do Departamento de Licitação, Dep. de Contabilidade e a orientação da Procuradoria Jurídica, **AUTORIZO** a abertura de procedimento licitatório de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com o objeto de **AQUISIÇÃO DE HERBICIDA A BASE DE GLIFOSATO, PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE IBAITI/PR**, com o critério de julgamento de **Dispensa Por item**, nas mesmas condições e quantitativo disposto na solicitação Inicial.

Intime-se o Setor de Licitação para providências

Cumpra-se.

Ibaiti, 21 de Dezembro de 2023.

  
Antonely de Cassio Alves de Carvalho  
Prefeito Municipal





# MUNICÍPIO DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ



**PORTARIA Nº 1297, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2023.**

Designa servidores para exercerem a função de pregoeiro, equipe de apoio e membros para integrarem a Comissão Permanente de Contratação - CPC do Município de Ibaíti.

O SENHOR ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que conferem o Inciso VI, do art. 66, da Lei Orgânica do Município de 27.4.1990;

**CONSIDERANDO** o disposto nas Leis nº 8.666/1993, 10.520/2002, 14.133/2021 e na Lei Municipal nº 1.084, de 20 de abril de 2022;

**RESOLVE**

**Art. 1º DESIGNAR** os servidores abaixo para integrarem a **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC**, que serão responsáveis pela condução dos procedimentos licitatórios originados no âmbito das Leis nº 8.666/1993, 10.520/2002 e 14.133/2021, a serem executadas pelo **MUNICÍPIO DE IBAITI**:

**Agente de Contratação: FERNANDO LOPES LOUZANO DE SIQUEIRA** – portador da CI-RG nº 9.187.331-1/PR; inscrito no CPF/MF sob nº 050.143.969-25;

**Pregoeiro: ROSANGELA TEIXEIRA**, portadora da CI-RG nº 4.989.267-5 (SSP/PR) e inscrita no CPF/MF sob nº 710.877.379-15;

**Suplentes: SIDINEI BRAZ GOULART** – portador da CI-RG nº 6.444.095-0/PR; inscrito no CPF/MF sob nº 003.573.579-14; e **FERNANDO LOPES LOUZANO DE SIQUEIRA** – portador da CI-RG nº 9.187.331-1/PR; inscrito no CPF/MF sob nº 050.143.969-25

**Membros da Equipe de Apoio:**

**ADRIANA CARLA DE MOURA SILVA**, portadora CI-RG nº 4.975.192-3 (SSP/PR), inscrita no CPF/MF sob nº 805.575.549-34;

**ANDERSON LUIZ DE ALMEIDA**, portador da CI-RG nº 5.303.301-6 (SSP/PR); inscrito no CPF/MF sob nº 701.023.099-49;

**MAURO PROCÓPIO DE CAMARGO**, portador da CI-RG nº 4.558.731-2 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob nº 640.455.019-91.

**Membros da Comissão Permanente de Contratação:**

**ADILSON APARECIDO BERNARDES**, portador da CI-RG nº 8.090.906-3 (SSP/PR); inscrita no CPF/MF sob 008.496.629-00;

**JACOB ELIAS NETO**, portador da CI-RG nº 1.313.444 (SSP/PR), inscrito no CPF/MF sob nº 244.078.369-20;

**SORAIA RODRIGUES DE MELO**, portadora da CI-RG nº 4.504.192-1 (SSP/PR); inscrita no CPF/MF sob nº 722.818.479-34;





# MUNICÍPIO DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ



## Suplentes da Equipe de Apoio e da Comissão Permanente de Contratação:

**ELAINE APARECIDA DE FREITAS**, portadora da CI-RG nº 6.993.817-5 (SSP/PR) e inscrita no CPF nº 004.287.779-29;

**ROSANGELA TEIXEIRA** – portadora da CI-RG nº 4.989.267-5/PR; inscrita no CPF/MF sob nº 710.877.379-15.

**SIDINEI BRAZ GOULART** – portador da CI-RG nº 6.444.095-0/PR; inscrito no CPF/MF sob nº 003.573.579-14;

**Parágrafo único.** Os suplentes serão convocados pelo Agente de Contratação, em casos de ausência e/ou impedimentos.

**Art. 2º** O Agente de Contratação, Pregoeiro e os demais membros da Equipe de Apoio e da Comissão Permanente de Contratação, durante a vigência do mandato, farão jus ao recebimento da remuneração e das gratificações pelos serviços prestados, de acordo com os artigos 14 e 15 da Lei Municipal nº 1084, de 20.4.2022.

**Parágrafo único.** Não farão jus a gratificação os servidores que exercerem quaisquer outras atividades/funções gratificadas.

**Art. 3º** Fica revogada a Portaria nº 646, de 6.5.2022.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

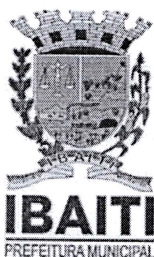
**PUBLIQUE-SE  
COMUNIQUE-SE  
CUMPRA-SE**

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ**, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três (8.2.2023).

**ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal

**GUILHERME AUGUSTO DE OLIVEIRA LEITE**  
Secretário Municipal de Administração  
Portaria nº 002, de 4.1.2021





# DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE IBAITI-PR



Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2023 | EDIÇÃO Nº 2327 | IBAITI, QUARTA-FEIRA, 08 DE FEVEREIRO DE 2023

PÁGINA 4

## MUNICÍPIO DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ

### PORTARIA Nº 1297, DE 8 DE FEVEREIRO DE 2023.

Designa servidores para exercerem a função de pregoeiro, equipe de apoio e membros para integrarem a Comissão Permanente de Contratação - CPC do Município de Ibaíti.

O SENHOR ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que conferem o Inciso VI, do art. 66, da Lei Orgânica do Município de 27.4.1990;

**CONSIDERANDO** o disposto nas Leis nº 8.666/1993, 10.520/2002, 14.133/2021 e na Lei Municipal nº 1.084, de 20 de abril de 2022;

#### RESOLVE

**Art. 1º DESIGNAR** os servidores abaixo para integrarem a **COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO - CPC**, que serão responsáveis pela condução dos procedimentos licitatórios originados no âmbito das Leis nº 8.666/1993, 10.520/2002 e 14.133/2021, a serem executadas pelo **MUNICÍPIO DE IBAITI**:

Agente de Contratação: **FERNANDO LOPES LOUZANO DE SIQUEIRA** – portador da CI-RG nº 9.187.331-1/PR; inscrito no CPF/MF sob nº 050.143.969-25;

Pregoeiro: **ROSANGELA TEIXEIRA**, portadora da CI-RG nº 4.989.267-5 (SSP/PR) e inscrita no CPF/MF sob nº 710.877.379-15;

Suplentes: **SIDINEI BRAZ GOULART** – portador da CI-RG nº 6.444.095-0/PR; inscrito no CPF/MF sob nº 003.573.579-14; e **FERNANDO LOPES LOUZANO DE SIQUEIRA** – portador da CI-RG nº 9.187.331-1/PR; inscrito no CPF/MF sob nº 050.143.969-25

#### Membros da Equipe de Apoio:

**ADRIANA CARLA DE MOURA SILVA**, portadora CI-RG nº 4.975.192-3 (SSP/PR), inscrita no CPF/MF sob nº 805.575.549-34;

**ANDERSON LUIZ DE ALMEIDA**, portador da CI-RG nº 5.303.301-6 (SSP/PR); inscrito no CPF/MF sob nº 701.023.099-49;

**MAURO PROCÓPIO DE CAMARGO**, portador da CI-RG nº 4.558.731-2 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob nº 640.455.019-91.

#### Membros da Comissão Permanente de Contratação:

**ADILSON APARECIDO BERNARDES**, portador da CI-RG nº 8.090.906-3 (SSP/PR); inscrita no CPF/MF sob 008.496.629-00;

**JACOB ELIAS NETO**, portador da CI-RG nº 1.313.444 (SSP/PR), inscrito no CPF/MF sob nº 244.078.369-20;

**SORAIA RODRIGUES DE MELO**, portadora da CI-RG nº 4.504.192-1 (SSP/PR); inscrita no CPF/MF sob nº 722.818.479-34;

#### Suplentes da Equipe de Apoio e da Comissão Permanente de Contratação:

**ELAINE APARECIDA DE FREITAS**, portadora da CI-RG nº 6.993.817-5 (SSP/PR) e inscrita no CPF nº 004.287.779-29;

**ROSANGELA TEIXEIRA** – portadora da CI-RG nº 4.989.267-5/PR; inscrita no CPF/MF sob nº 710.877.379-15.

**SIDINEI BRAZ GOULART** – portador da CI-RG nº 6.444.095-0/PR; inscrito no CPF/MF sob nº 003.573.579-14;

**Parágrafo único.** Os suplentes serão convocados pelo Agente de Contratação, em casos de ausência e/ou impedimentos.

**Art. 2º** O Agente de Contratação, Pregoeiro e os demais membros da Equipe de Apoio e da Comissão Permanente de Contratação, durante a vigência do mandato, farão jus ao recebimento da remuneração e das gratificações pelos serviços prestados, de acordo com os artigos 14 e 15 da Lei Municipal nº 1084, de 20.4.2022.

**Parágrafo único.** Não farão jus a gratificação os servidores que exercerem quaisquer outras atividades/funções gratificadas.

**Art. 3º** Fica revogada a Portaria nº 646, de 6.5.2022.

**Art. 4º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ibaíti

Rua Vereador José de Moura Bueno, 23 - Praça dos Três Poderes - Centro - CEP 84.900-000  
Telefone (43)3546-7450 - E-mail: diario@ibaiti.pr.gov.br

Os atos oficiais publicados são assinados digitalmente



# DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE IBAÍTI-PR



Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2023 | EDIÇÃO Nº 2327 | IBAÍTI, QUARTA-FEIRA, 08 DE FEVEREIRO DE 2023

PÁGINA 5

PUBLIQUE-SE  
COMUNIQUE-SE  
CUMPRE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAÍTI, ESTADO DO PARANÁ, aos oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três (8.2.2023).

ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO  
Prefeito Municipal

GUILHERME AUGUSTO DE OLIVEIRA LEITE  
Secretário Municipal de Administração  
Portaria nº 002, de 4.1.2021





# MUNICÍPIO DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ



PORTARIA Nº 081, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021

Designa servidores públicos municipais para constituírem Comissão de Recebimento de Bens, Materiais e Serviços do Município.

O SENHOR ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que conferem o inciso VI, do art. 66, da Lei Orgânica Municipal, de 27.4.1990, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 15, § 8º e o art. 73, inciso I e II da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

## RESOLVE

Art. 1º DESIGNAR os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, a fim de constituírem a **COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO**, no âmbito das Secretarias Municipais, que tem como objetivo receber e examinar o material ou bens permanentes adquiridos pela municipalidade, no tocante a quantidade e a qualidade.

SERVIDOR	LOTAÇÃO	RG Nº
ANTONIO CARLOS DONOLA	Departamento de Obras e Projetos	9.097.887-0
CARLA FERNANDA CASTILHO ARRUDA	Assessora de Planejamento	6.291.166-2
CLODOALDO BARBOSA DIAS	Departamento de Serviços Urbanos	8.906.144-0
DILMA DE FATIMA BARBOSA ALVES	FACAI	1.068.619-9
GUILHERME CEZÁRIO DE MELO	Departamento de Rodoviário	12.697.355-1
KELLY CRISTINA DE BARROS	Departamento de Proteção Social Básica	6.208.922-9
PAULO MIKÇA	DEMUTRAN	4.013.334-8
ROGER LUIZ AVILA BENTO	Diretor do Departamento de Agricultura	6.745.957-1

**Parágrafo único.** O acompanhamento da entrega do objeto, será realizado pela Comissão de Recebimento de Bens, Materiais e Serviços do Município, bem como, pelo responsável do setor solicitante.

Art. 2º Estabelecer que a Comissão de que trata o art. 1º, desta Portaria, tem como competências:

- I - receber e examinar, no que diz respeito à quantidade e a qualidade, o material e/ou serviços entregue pelo contratado em cumprimento ao contrato ou instrumento equivalente;
- II - solicitar à unidade solicitante a indicação de servidor habilitado com conhecimento técnico em área específica, para respectiva análise e parecer técnico do material adquirido;





# MUNICÍPIO DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ



- III - rejeitar o material sempre que estiver fora das especificações do contrato ou instrumento equivalente, ou em desacordo com a amostra apresentada na fase de licitação, podendo submetê-lo, se necessário, ao Controle de Qualidade;
- IV - expedir Termo de Recebimento e Aceitação ou Notificação, no caso de rejeição de material;
- V - receber os recursos dirigidos à autoridade superior, interpostos contra seus atos e tomar as providências pertinentes;
- VI - rever seus atos, de ofício ou mediante provocação;
- VII - remeter à autoridade superior o recurso, devidamente instruído e informado.
- VIII - receber e conferir os bens adquiridos e os serviços contratados, atestar o recebimento e conferência no verso da nota fiscal e efetuar o encaminhamento desta para pagamento.
- IX - acompanhar o cumprimento de prazos de entrega de bens e de execução de serviços, atestando sua regularidade, bem como comunicar formalmente ao Departamento de Licitações e Compras a constatação de qualquer irregularidade.

**Art. 3º** Determinar que nenhum material ou bem deverá ser liberado aos usuários antes de cumpridas as formalidades de recebimento, aceitação e registro no competente instrumento de controle.


**Art. 4º** Os representantes da Comissão Especial para procederem a Avaliação dos Bens Móveis e Maquinários Inservíveis do Município, não receberão quaisquer remunerações, sendo considerados os serviços prestados de relevância para o interesse público, **sem ônus para a municipalidade.**

**Art. 5º** Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE  
COMUNIQUE-SE  
CUMPRA-SE

**IBAITI**  
PREFEITURA MUNICIPAL

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ**, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um (2.2.2021).

  
**ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal



**MUNICÍPIO DE IBAÍTI**

ESTADO DO PARANÁ

**PORTARIA Nº 081, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2021**

Designa servidores públicos municipais para constituírem Comissão de Recebimento de Bens, Materiais e Serviços do Município.

O SENHOR ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO, PREFEITO MUNICIPAL DE IBAÍTI, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que conferem o inciso VI, do art. 66, da Lei Orgânica Municipal, de 27.4.1990, e

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 15, § 8º e o art. 73, inciso I e II da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993,

**RESOLVE**

**Art. 1º DESIGNAR** os servidores públicos municipais, abaixo relacionados, a fim de constituírem a **COMISSÃO DE RECEBIMENTO DE BENS, MATERIAIS E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO**, no âmbito das Secretarias Municipais, que tem como objetivo receber e examinar o material ou bens permanentes adquiridos pela municipalidade, no tocante a quantidade e a qualidade.

SERVIDOR	LOTAÇÃO	RG Nº
ANTONIO CARLOS DONOLA	Departamento de Obras e Projetos	9.097.887-0
CARLA FERNANDA CASTILHO ARRUDA	Assessora de Planejamento	6.291.166-2
CLODOALDO BARBOSA DIAS	Departamento de Serviços Urbanos	8.906.144-0
DILMA DE FATIMA BARBOSA ALVES	FACAI	1.068.619-9
GUILHERME CEZÁRIO DE MELO	Departamento de Rodoviário	12.697.355-1
KELLY CRISTINA DE BARROS	Departamento de Proteção Social Básica	6.208.922-9
PAULO MIKÇA	DEMUTRAN	4.013.334-8
ROGER LUIZ AVILA BENTO	Diretor do Departamento de Agricultura	6.745.957-1

**Parágrafo único.** O acompanhamento da entrega do objeto, será realizado pela Comissão de Recebimento de Bens, Materiais e Serviços do Município, bem como, pelo responsável do setor solicitante.

**Art. 2º** Estabelecer que a Comissão de que trata o art. 1º, desta Portaria, tem como competências:

- I - receber e examinar, no que diz respeito à quantidade e a qualidade, o material e/ou serviços entregue pelo contratado em cumprimento ao contrato ou instrumento equivalente;
- II - solicitar à unidade solicitante a indicação de servidor habilitado com conhecimento técnico em área específica, para respectiva análise e parecer técnico do material adquirido;
- III - rejeitar o material sempre que estiver fora das especificações do contrato ou instrumento equivalente, ou em desacordo com a amostra apresentada na fase de licitação, podendo submetê-lo, se necessário, ao Controle de Qualidade;
- IV - expedir Termo de Recebimento e Aceitação ou Notificação, no caso de rejeição de material;
- V - receber os recursos dirigidos à autoridade superior, interpostos contra seus atos e tomar as providências pertinentes;
- VI - rever seus atos, de ofício ou mediante provocação;
- VII - remeter à autoridade superior o recurso, devidamente instruído e informado.
- VIII - receber e conferir os bens adquiridos e os serviços contratados, atestar o recebimento e conferência no verso da nota fiscal e efetuar o encaminhamento desta para pagamento.
- IX - acompanhar o cumprimento de prazos de entrega de bens e de execução de serviços, atestando sua regularidade, bem como comunicar formalmente ao Departamento de Licitações e Compras a constatação de qualquer irregularidade.

**Art. 3º** Determinar que nenhum material ou bem deverá ser liberado aos usuários antes de cumpridas as formalidades de recebimento, aceitação e registro no competente instrumento de controle.



# DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE IBAITI-PR



Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

**ANO 2021 | EDIÇÃO Nº 1839 | IBAITI, TERÇA-FEIRA, 02 DE FEVEREIRO DE 2021**

**| PÁGINA 5**

Art. 4º Os representantes da Comissão Especial para procederem a Avaliação dos Bens Móveis e Maquinários Inservíveis do Município, não receberão quaisquer remunerações, sendo considerados os serviços prestados de relevância para o interesse público, **sem ônus para a municipalidade.**

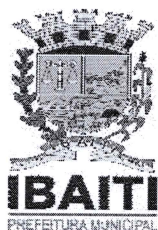
Art. 5º Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE  
COMUNIQUE-SE  
CUMRA-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IBAITI, ESTADO DO PARANÁ, aos dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um (2.2.2021).

ANTONELY DE CASSIO ALVES DE CARVALHO  
Prefeito Municipal





# SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD

## Departamento de Licitação e Contratos

Ibaity – Paraná



- 1 -

### Comissão Permanente de Contratação

#### Termo de Justificativa – Dispensa de Licitação

**Processo Licitatório:** Processo dispensa Nº. 99/2023

**Processo Administrativo:** nº 535/2023

**Ementa:** AQUISIÇÃO DE HERBICIDA A BASE DE GLIFOSATO, PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE IBAITI/PR

**Base Legal:** Artigos 23, inciso II, alínea “a”, e 24, §1º, da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.93.

**Empresa:** PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA , inscrita no CNPJ nº 09.590.203/0001-50.

O Município de Ibaity, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 77.008.068/0001-41, Inscrição Estadual Isento, com sede à Rua José de Moura Bueno, 23, Praça dos Três Poderes, na cidade de Ibaity – Paraná, representado por seu Prefeito, o Senhor Antonely de Cássio Alves de Carvalho, necessita da **AQUISIÇÃO DE HERBICIDA A BASE DE GLIFOSATO, PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE IBAITI/PR.**

Há a informação de dotação orçamentária e disponibilidade financeira para o ano corrente, conforme consta no processo, para realizar a presente contratação.

O menor valor proposto tem seu total estipulado em **R\$ 15.300,00 (Quinze Mil e Trezentos Reais)**, ofertado pela empresa **PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ **09.590.203/0001-50**, sediada na **RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 547 - CEP: 86430000 - BAIRRO: VILA SÃO JOSÉ CIDADE/UF: Santo Antônio da Platina/PR.**

#### Quantitativo e especificações abaixo descritos:

Lote: 1 - Lote 001					
Item	Nome do produto	Quant	Unid	Preço máximo	Preço máximo total
1	HERBICIDA GLIFOSATO (GALÃO 20 LITROS) NOME COMUM: GLIFOSATO NOME QUÍMICO: N-(PHOSPHONOMETHYL) GLYCINE CONCENTRAÇÃO: SAL DE DIAMÔNIO DE GLIFOSATO 577,0 G/L (480 G/L EQUIVALENTE ÁCIDO) TIPO DE FORMULAÇÃO: CONCENTRADO SOLÚVEL CLASSE: HERBICIDA SELETIVO CONDICIONAL DE AÇÃO SISTÊMICA GRUPO QUÍMICO: GLICINA SUBSTITUÍDA MECANISMO DE AÇÃO: INIBIDOR DA EPSPS CLASSE TOXICOLÓGICA: II ALTAMENTE TÓXICO POTENCIAL DE PERICULOSIDADE AMBIENTAL : III PERIGOSO AO MEIO AMBIENTE NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO:	17,00	GL	900,00	15.300,00

01119	EMBALAGENS:20L				
	COMPOSIÇÃO: SAL DE ISOPROPILAMINA DE				
	N-(PHOSPHONOMETHYL)				
	GLYCINE(GLIFOSATO).....480G/L				
	(48,0%M/V)				
	EQU VALENTE ÁCIDO DE N-(PHOSPHONOMETHYL)				
	GLYCINE(GLIFOSATO).....356 G/L (35,6% M/V)				
	OUTROS INGREDIENTES .....684 G/L (68,4% M/V)				
TOTAL					15.300,00

O valor proposto no orçamento enquadra-se no disposto no art. 23, inciso II, alínea “a” e no art. 24, inc. II, da Lei nº. 8.666/93, mencionando a dispensa de licitação para contratação de serviços e compras, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação.

Destaca-se que a alínea “a” do art. 24, inc. II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, foi alterado pelo Decreto 9.412/2018, publicado no DOU de 19/06/2018, que corrigiu os valores nos seguintes termos:

*Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:*

*(...)*

*II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);*

Desta forma passou-se a vigorar que é **DISPENSÁVEL** a licitação quando o valor para compras for de até 10% (dez por cento) do valor estipulado no art. 23, II, “a”, R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), ou seja, o valor máximo de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

*Art. 24. É dispensável a licitação:*

*(...)*

*II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;*

Nota-se que o valor da contratação está dentro do limite previsto em lei, com isto, objetivamos atender aos princípios da legalidade, economicidade e celeridade, realizando a presente contratação.

Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236),

*“A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública.”*





# SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD

## Departamento de Licitação e Contratos

Ibaiti – Paraná



A empresa a ser contratada com o menor valor, encontra-se apta para o fornecimento dos produtos a serem adquiridos considerando as certidões negativas apensadas:

- 1) Prova de inscrição no CNPJ com atividade pertinente ao certame;
- 2) Contrato Social ou Certificado de microempreendedor individual
- 3) Certidão de Tributos Federais;
- 4) Certidão de Tributos Estaduais;
- 5) Certidão de Tributos Municipais;
- 6) Certidão do FGTS;
- 7) Certidão Trabalhista;
- 8) Consulta de Impedidos de Licitar – TCE-Pr
- 9) Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União

Assim, com fundamento nos artigos supracitados da Lei nº. 8.666/93 e na urgência da aquisição apresentamos a justificativa para ratificação e demais considerações que por ventura se fizerem necessárias.

Ibaiti-PR, 21 de Dezembro de 2023.

**Fernando Lopes Louzano de Siqueira**

Agente de Contratação

Portaria nº 1297/2023 de 08 de fevereiro de 2023

**Soraia Rodrigues de Melo**

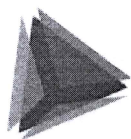
Membro da Comissão Permanente de Contratação

Portaria nº 1297/2023 de 08 de fevereiro de 2023

**Jacob Elias Neto**

Membro da Comissão Permanente de Contratação

Portaria nº 1297/2023 de 08 de fevereiro de 2023



**TCEPR**  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ



Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 09590203000150

NENHUM ITEM ENCONTRADO!





## TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO



### Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

**Consulta realizada em:** 12/12/2023 11:34:22

#### Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA**  
CNPJ: **09.590.203/0001-50**

#### Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**  
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**  
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**  
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**  
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

**PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA****CNPJ. 09.590.203/0001-50****NIRE. 4120620123-4****DÉCIMA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E CONSOLIDAÇÃO**

**LORIVAL APARECIDO GAVIOLI**, brasileiro, divorciado, natural da cidade de Santa Albertina, Estado de São Paulo, empresário, residente e domiciliado a Alameda Ari Albino Coser, nº 711 – Residencial Morumbi, Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná, Cep. 86430-000, portador da Cédula de Identidade Civil RG. nº 13.422.049-3 SSP/SP, e inscrito no CPF sob nº. 045.073.368-80; único sócio da sociedade empresarial de Responsabilidade Ltda que gira sob o nome empresarial de **PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA**, sediada na cidade de Santo Antônio da Platina-PR, a Rua José Bonifácio, nº 547, Vila São José, CEP. 86430-000, inscrita no CNPJ sob nº 09.590.203/0001-50, com o seu contrato social arquivado na MM. Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 41206201234, por despacho em sessão do dia 26/05/2008, em consonância com o disposto no CODIGO CIVIL BRASILEIRO em seu artigo 2031 resolve por este instrumento particular alterar, consolidar e adequar seu contrato primitivo de acordo com as cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

Fica alterado o ramo de atividade da empresa, em virtude dessa alteração a Cláusula Quarta da Nona Alteração do Contrato Social, passa a ter a seguinte redação: A sociedade tem por objetivo o ramo de atividade de: Comércio Atacadista de Defensivos Agrícolas, Adubos, Fertilizantes e Corretivos do Solo, Comércio Atacadista de Cereais e Leguminosas Beneficiados, Importação e Exportação, Outras Sociedades de Participação, Corretoras de Contratos de Mercadorias, Depósitos de Mercadorias para Terceiros, Comércio Atacadista de Sementes para Lavoura, Flores, Plantas e Gramas, Comércio Atacadista de Mercadorias com Predominância de Insumos Agropecuários, Comércio Atacadista de Madeiras e Produtos Derivados, Comércio Atacadista de Alimentos para Animais, Comércio Varejista de Materiais de Construção e Artefatos de Concreto, Comércio atacadista de Máquinas, Implementos, Aparelhos e Equipamentos para uso Agrícola e Agropecuário; partes e peças, Comércio Varejista de sementes e mudas de plantas, Comércio Atacadista de Produtos de Higiene, Limpeza e Conservação domiciliar, Atividades Paisagísticas, Serviços de Preparação de Terreno, Plantio, Cultivo e Colheita, Preparação de Canteiro e Limpeza de Terrenos, Obras de Terraplanagem, de Urbanização-Obras Ruas, Praças e Calçadas, Construção de Cercas e Alambrados, Serviços de Agronomia e de Consultoria as atividades agrícolas e pecuárias, Atividades de Apoio a Agricultura, Conservação de Florestas Nativas, Florestamento e Reflorestamento.



**PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA**

**CNPJ. 09.590.203/0001-50**

**NIRE. 4120620123-4**

**DÉCIMA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E CONSOLIDAÇÃO**



**CLÁUSULA SEGUNDA**

Em razão das modificações contratuais, o único sócio resolve consolidar o contrato social tornando sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no contrato primitivo e alterações anteriores, passando a ter a seguinte redação.

**CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL**  
**DE SOCIEDADE UNIPESSOAL DE RESPONSABILIDADE LTDA**  
**PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA**  
**C.N.P.J 09.590.203/0001-50**  
**NIRE. 4120620123-4**

**LORIVAL APARECIDO GAVIOLI**, brasileiro, divorciado, natural da cidade de Santa Albertina, Estado de São Paulo, empresário, residente e domiciliado a Alameda Ari Albino Coser, nº 711 – Residencial Morumbi, Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná, Cep. 86430-000, portador da Cédula de Identidade Civil RG. nº 13.422.049-3 SSP/SP, e CPF nº. 045.073.368-80; único sócio da sociedade de responsabilidade limitada unipessoal que gira sob o nome empresarial de **PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA**, sediada na cidade de Santo Antônio da Platina-PR, a Rua José Bonifácio, nº 547, Vila São José, CEP. 86430-000, inscrita no CNPJ sob n.º 09.590.203/0001-50, com o seu contrato social arquivado na MM. Junta Comercial do Estado do Paraná sob nº 41206201234, por despacho em sessão do dia 26/05/2008.

**CLÁUSULA PRIMEIRA**

A sociedade Unipessoal de Responsabilidade Limitada gira sob o nome empresarial de **PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA**.

**CLÁUSULA SEGUNDA**

A sociedade tem sua sede na cidade de Santo Antonio da Platina - Pr, à Rua José Bonifácio, nº 547, Vila São José, CEP 86430-000.

**CLÁUSULA TERCEIRA**

A sociedade iniciou suas atividades em 20 de Maio de 2008 e seu prazo de duração é por tempo indeterminado.

**PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA****CNPJ. 09.590.203/0001-50****NIRE. 4120620123-4****DÉCIMA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E CONSOLIDAÇÃO****CLÁUSULA QUARTA**

A sociedade tem por objetivo o ramo de atividade de: Comércio Atacadista de Defensivos Agrícolas, Adubos, Fertilizantes e Corretivos do Solo, Comércio Atacadista de Cereais e Leguminosas Beneficiados, Importação e Exportação, Outras Sociedades de Participação, Corretoras de Contratos de Mercadorias, Depósitos de Mercadorias para Terceiros, Comércio Atacadista de Sementes para Lavoura, Flores, Plantas e Gramas, Comércio Atacadista de Mercadorias com Predominância de Insumos Agropecuários, Comércio Atacadista de Madeiras e Produtos Derivados, Comércio Atacadista de Alimentos para Animais, Comércio Varejista de Materiais de Construção e Artefatos de Concreto, Comércio atacadista de Máquinas, Implementos, Aparelhos e Equipamentos para uso Agrícola e Agropecuário; partes e peças, Comércio Varejista de sementes e mudas de plantas, Comércio Atacadista de Produtos de Higiene, Limpeza e Conservação domiciliar, Atividades Paisagísticas, Serviços de Preparação de Terreno, Plantio, Cultivo e Colheita, Preparação de Canteiro e Limpeza de Terrenos, Obras de Terraplanagem, de Urbanização-Obras Ruas, Praças e Calçadas, Construção de Cercas e Alambrados, Serviços de Agronomia e de Consultoria as atividades agrícolas e pecuárias, Atividades de Apoio a Agricultura, Conservação de Florestas Nativas, Florestamento e Reflorestamento.

**CLÁUSULA QUINTA**

O capital social é de R\$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais), divididos em 300.000 (Trezentos Mil Quotas), no valor unitário de R\$ 1,00 (um Real) cada uma, totalmente integralizados em moeda corrente do País (dinheiro), sendo que a responsabilidade do sócio na forma da legislação vigente, limitada a importância total do Capital, assim Distribuído:

<b>SÓCIO</b>	<b>QUOTAS</b>	<b>PART %</b>	<b>VALOR DO</b>
<b>CAPITAL</b>			
LORIVAL APARECIDO GAVIOLI	<u>300.000</u>	<u>100</u>	<u>300.000,00</u>
<b>TOTAL</b>	<b>300.000</b>	<b>100</b>	<b>300.000,00</b>

**CLÁUSULA SEXTA**

As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço direito de preferência para a sua aquisição se postas à venda, formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.



**PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA****CNPJ. 09.590.203/0001-50****NIRE. 4120620123-4****DÉCIMA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E CONSOLIDAÇÃO****CLÁUSULA SÉTIMA**

A administração da sociedade é exercida individualmente e por prazo indeterminado pelo único sócio **LORIVAL APARECIDO GAVIOLI**, ficando dispensado de prestar caução, razão pela qual compete ao administrador a direção dos negócios sociais e a prática dos atos necessários ao funcionamento normal e regular das atividades econômicas da sociedade, podendo ele receber, dar quitação, pagar contas em geral, contrair obrigações, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, representar de qualquer forma a sociedade perante órgãos da administração pública Federal, Estadual e Municipal, adquirir, vender, gravar ou onerar imóveis ou quotas representativas do capital social da sociedade, constituir penhor de qualquer natureza, inclusive caução de títulos e de direitos creditórios, prestar garantias fidejussórias às sociedades subsidiárias, controladas ou coligadas, ou de cujo capital participe ou venha a participar, por si ou através das referidas sociedades, representar a sociedade, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, constituir Procuradores por instrumento público ou particular de mandato, mediante especificação naquele documento, dos atos ou operações que poderão praticar, bem como do prazo de duração do mandato que sendo para representação em juízo, poderá ser por prazo indeterminado, e tudo mais que se fizer necessário para o fiel cumprimento do mandato.

Parágrafo Primeiro: O administrador fixará uma retirada mensal, a título de "pró-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

Parágrafo Segundo: O administrador responderá solidariamente, perante a sociedade e terceiros prejudicados por culpa no desempenho de suas funções.

**CLÁUSULA OITAVA**

O administrador declara sob as penas da Lei que não está impedido por Lei especial do exercício da administração de sociedade unipessoal limitada e que não se acha condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

**CLÁUSULA NONA**

O exercício social será coincidente com o ano-calendário, terminando em 31 de dezembro de cada ano, quando será procedido o levantamento do balanço patrimonial e efetuada a apuração de resultados, os quais serão atribuídos ao sócio único proporcionalmente às suas quotas de capital. Podendo os lucros a critério do mesmo, serem distribuídos ou ficarem em reserva na sociedade.

PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ. 09.590.203/0001-50

NIRE. 4120620123-4

**DÉCIMA ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL E CONSOLIDAÇÃO**



**CLÁUSULA DÉCIMA**

A sociedade limitada unipessoal poderá levantar demonstrações contábeis intermediárias, a qualquer tempo, para fins de cisão parcial ou total, fusão e incorporação, retirada do sócio ou ainda, para quaisquer atos julgados necessários pelo sócio.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA**

O único sócio será obrigado à reposição dos lucros e das quantias retiradas, a qualquer título ainda que autorizados pelo contrato, quando tais lucros ou quantia se distribuírem com prejuízo do capital.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA**

Em caso de falecimento do único sócio a sociedade limitada unipessoal poderá continuar com suas atividades com os herdeiros e/ou sucessores do "de cujus" ou do incapaz. Não sendo possível, ou inexistindo interesse destes, a sociedade poderá ser dissolvida.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA**

A sociedade limitada unipessoal declara, sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA**

Fica eleito o foro da Comarca de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes do presente instrumento.

Lavrado em 01 (uma) via, lido, conferido, compreendido, elaborado de conformidade e nos termos, condições e intenção propostas pelo sócio ora presente e que o mesmo assina e rubrica este instrumento, assumindo integralmente as responsabilidades legais decorrentes do presente ato, obrigando-se fielmente por si, seus herdeiros e sucessores legais a cump-lo em todos os seus termos.

Santo Antônio da Platina-Pr, 16 de Agosto de 2022.

---

LORIVAL APARECIDO GAVIOLI





## ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04507336880	LORIVAL APARECIDO GAVIOLI



JUNTA COMERCIAL  
DO PARANÁ

CERTIFICO O REGISTRO EM 22/08/2022 09:48 SOB Nº 20225625490.  
PROTOCOLO: 225625490 DE 18/08/2022.  
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12210984305. CNPJ DA SEDE: 09590203000150.  
NIRE: 41206201234. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 16/08/2022.  
PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais,  
informando seus respectivos códigos de verificação.



## REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO <b>09.590.203/0001-50</b> MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA <b>26/05/2008</b>	
NOME EMPRESARIAL <b>PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA</b>					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) <b>PLANTIUN</b>				PORTE <b>EPP</b>	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL <b>46.83-4-00 - Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo</b>					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS <b>01.61-0-03 - Serviço de preparação de terreno, cultivo e colheita</b> <b>01.61-0-99 - Atividades de apoio à agricultura não especificadas anteriormente</b> <b>02.20-9-06 - Conservação de florestas nativas</b> <b>42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas</b> <b>43.11-8-02 - Preparação de canteiro e limpeza de terreno</b> <b>43.13-4-00 - Obras de terraplenagem</b> <b>46.23-1-06 - Comércio atacadista de sementes, flores, plantas e gramas</b> <b>46.23-1-09 - Comércio atacadista de alimentos para animais</b> <b>46.32-0-01 - Comércio atacadista de cereais e leguminosas beneficiados</b> <b>46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar</b> <b>46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças</b> <b>46.71-1-00 - Comércio atacadista de madeira e produtos derivados</b> <b>46.92-3-00 - Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários</b> <b>47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral</b> <b>47.89-0-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais</b> <b>52.11-7-99 - Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis</b> <b>64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings</b> <b>66.12-6-04 - Corretoras de contratos de mercadorias</b> <b>74.90-1-03 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias</b> <b>81.30-3-00 - Atividades paisagísticas</b>					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA <b>206-2 - Sociedade Empresária Limitada</b>					
LOGRADOURO <b>R JOSE BONIFACIO</b>		NÚMERO <b>547</b>		COMPLEMENTO <b>*****</b>	
CEP <b>86.430-000</b>	BAIRRO/DISTRITO <b>VILA SAO JOSE</b>	MUNICÍPIO <b>SANTO ANTONIO DA PLATINA</b>		UF <b>PR</b>	
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE <b>(43) 3534-6800</b>			
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) <b>*****</b>					
SITUAÇÃO CADASTRAL <b>ATIVA</b>				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL <b>26/05/2008</b>	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL <b>*****</b>	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 12/12/2023 às 11:28:08 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA**  
**CNPJ: 09.590.203/0001-50**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 07:51:44 do dia 19/12/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 16/06/2024.

Código de controle da certidão: **EA43.4F28.CE46.F115**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná  
Secretaria de Estado da Fazenda  
Receita Estadual do Paraná



**Certidão Negativa**  
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual  
**Nº 032450451-43**

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **09.590.203/0001-50**

Nome: **PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

**Válida até 10/04/2024 - Fornecimento Gratuito**

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet  
[www.fazenda.pr.gov.br](http://www.fazenda.pr.gov.br)





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 09.590.203/0001-50

Certidão nº: 71252300/2023

Expedição: 12/12/2023, às 11:42:24

Validade: 09/06/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **09.590.203/0001-50**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 09.590.203/0001-50  
**Razão Social:** PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA ME  
**Endereço:** RUA CAMPOS SALES 1222 SALA A / VILA SAO JOSE / SANTO ANTONIO DA PLATINA / PR / 86430-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 30/11/2023 a 29/12/2023

**Certificação Número:** 2023113018240558328808

Informação obtida em 12/12/2023 11:39:19

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**





MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA  
ESTADO PARANÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS 18590/2023**

**Contribuinte**

Nome/Razão: 11410 - PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA

CNPJ/CPF: 09.590.203/0001-50

Endereço: RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 547

Complemento: \*\*\*\*\*

Bairro: VILA SÃO JOSÉ

Cidade: Santo Antônio da Platina - PR

**Finalidade**

Certidão de Débitos - Contribuinte

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VALIDADE
20/12/2023	60 dias

Ressalvado o direito da Fazenda Municipal de cobrar as dividas que venham a ser apuradas, de responsabilidade do contribuinte abaixo identificado **C E R T I F I C O** que, em nome de **PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA** até a presente data não existem, em aberto, débitos de tributos municipais.

Santo Antônio da Platina - PR, 20 de dezembro de 2023

**MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA**

ISSQN e Taxas

Cadastro Econômico - Cadastro Econômico Sintético

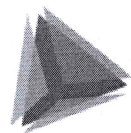
Cadastro Econômico: 5412573

Pág



Cadastro	Situação	Nome		Código	Cpf/Cnpj
5412573	Ativo	PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA		11410	09.590.203/0001-50
Tipo	Endereço	Número	Bairro	Cep	Cidade
Domicílio Fiscal	RUA JOSÉ BONIFÁCIO	547	506 - VILA SÃO JOSÉ	86.430-000	6544 - Santo Antônio da Platina
Correspondência	RUA JOSÉ BONIFÁCIO	547	506 - VILA SÃO JOSÉ	86.430-000	6544 - Santo Antônio da Platina
Atividade Principal					
0046.8/34.00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS, ADUBOS, FERTILIZANTES E CORRETIVOS DO SOLO					
Demais Atividades					
0046.9/23.00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MERCADORIAS EM GERAL,COM PREDOMINÂNCIA DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS					
0047.4/40.99 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL					
0047.8/90.02 - COMÉRCIO VAREJISTA DE PLANTAS E FLORES NATURAIS					
0001.6/10.99 - ATIVIDADES DE APOIO À AGRICULTURA NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE					
0046.2/31.06 - COMÉRCIO ATACADISTA DE SEMENTES, FLORES, PLANTAS E GRAMAS					
0046.2/31.09 - COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS					
0046.6/13.00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÁQUINAS, APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA USO AGROPECUÁRIO; PARTES E PEÇAS					
0046.7/11.00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MADEIRA E PRODUTOS E DERIVADOS					
0002.2/09.06 - CONSERVAÇÃO DE FLORESTAS NATIVAS					
0042.1/38.00 - OBRAS DE URBANIZAÇÃO - RUAS, PRAÇAS E CALÇADAS					
0043.1/18.02 - PREPARAÇÃO DE CANTEIRO E LIMPEZA DE TERRENO					
0043.1/34.00 - OBRAS DE TERRAPLANAGEM					
0064.6/38.00 - OUTRAS SOCIEDADES DE PARTICIPAÇÕES, EXCETO HOLDING					
0066.1/26.04 - CORRETORAS DE CONTRATOS DE MERCADORIAS					
0074.9/01.03 - SERVIÇOS DE AGRONOMIA E DE CONSULTORIA ÀS ATIVIDADES AGRÍCOLAS E PECUÁRIAS					
0081.3/03.00 - ATIVIDADES PAISAGÍSTICAS					
0001.6/10.03 - SERVIÇO DE PREPARAÇÃO DE TERRENO, CULTIVO E COLHEITA					
Código Sócio		Cpf/Cnpj		Tipo	
51659 LORIVAL APARECIDO GAVIOLI		045.073.368-80		1 - SÓCIO ADMINISTRADOR	
445215 ELIZABETH DE OLIVEIRA GAVIOLI		816.360.759-91		1 - SÓCIO ADMINISTRADOR	
Total de Cadastros Econômicos: 1					



**TCEPR**  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ[Voltar](#)

## Detalhes processo licitatório

## Informações Gerais

Entidade Executora Ano\* Nº licitação/dispensa/inexigibilidade\* 

## Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito

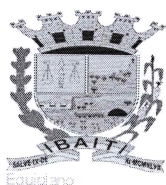
Instituição Financeira Contrato de Empréstimo Modalidade\* Número edital/processo\* Descrição Resumida do Objeto\* Dotação Orçamentária\* Preço máximo/Referência de preço - R\$\* Data Publicação Termo ratificação Data Abertura 

Data Registro

Data Cancelamento 

Data Registro do Cancelamento

Há itens exclusivos para EPP/ME? Não Há cota de participação para EPP/ME? Não Percentual de participação: Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME? Não Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais? Não **Atenção: o TCE-PR não possui cópia dos arquivos dos editais. Eles devem ser obtidos exclusivamente junto aos municípios/entidades.**Para maiores informações, consulte o site da entidade: <http://www.ibaiti.pr.gov.br>



# Município de Ibaiti - 2023

Relação de Participantes

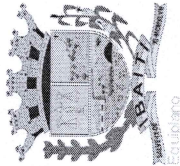
Processo dispensa 99/2023



Página:1

Código	CNPJ/CPF	Fornecedor	Status
Fornecedores enquadrados na lei complementar nº123/2006			
99618-1	09.590.203/0001-50	PLANTIUM DISTRIBUIDORA LTDA	Classificado
Qtde de fornecedores: 001			
Qtde total de fornecedores: 001			





**Município de Ibaíti - 2023**  
**Mapa da Licitação**  
**Processo dispensa 99/2023**

Página 1

Data abertura: 21/12/2023      Data julgamento: 21/12/2023      Data homologação:      CNPJ: 09.590.203/0001-50      Preço      Marca

Produto      UN.      Quantidade      17,00      900,00 \*

**Lote 001 - Lote 001**

001      HERBICIDA GLIFOSATO      GL      17,00      900,00 \*

(GALÃO 20 LITROS) NOME  
COMUM: GLIFOSATO  
NOME QUÍMICO: N-(PHOSPHONOMETHYL)  
GLYCINE  
CONCENTRAÇÃO: SAL DE DIAMÔNIO DE GLIFOSATO  
577,0 G/L 480 G/L EQUIVALENTE ÁCIDO) TIPO DE  
FORMULAÇÃO: CONCENTRADO  
SOLÚVEL CLASSE HERBICIDA SELETIVO  
CONDICIONAL DE AÇÃO SISTEMÁTICA  
GRUPO QUÍMICO: GLICINA SUBSTITUÍDA  
MECANISMO DE AÇÃO: INIBIDOR DA EPSPS  
CLASSE TOXICOLÓGICA: II ALTAMENTE TÓXICO  
POTENCIAL DE PERICULOSIDADE AMBIENTAL: III  
PERIGOSO AO MEIO AMBIENTE  
NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA  
AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO:  
01119  
EMBALAGENS: 20L  
COMPOSIÇÃO: SAL DE ISOPROPILAMINA DE  
N-(PHOSPHONOMETHYL)  
GLYCINE (GLIFOSATO).....480G/L  
(48,0% M/V)  
EQUIVALENTE ÁCIDO DE N-(PHOSPHONOMETHYL)  
GLYCINE (GLIFOSATO).....356 G/L (35,6% M/V)  
OUTROS INGREDIENTES .....684 G/L (68,4% M/V)

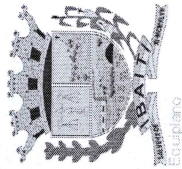
**TOTAL GERAL DO FORNECEDOR**  
**TOTAL GANHO PELO FORNECEDOR**      15.300,00

CNPJ: 09.590.203/0001-50 - PLANTIUM DISTRIBUIDORA LTDA

Emitido por: SIDINEI BRAZ GOULART, na versão: 55331

FRU - Frustrado      DES - Deserto      EMP - Empate      EME - Empate ME  
21/12/2023 15:47:29





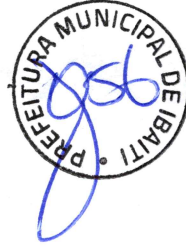
**Município de Ibaí - 2023**  
**Classificação por Fornecedor**  
**Processo dispensa 99/2023**

Página 1

Item	Produto/Serviço	UN.	Quantidade	Status	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total	Sel
<b>Fornecedor: 99818-1 PLANTIUM DISTRIBUIDORA LTDA</b>									
<b>Lote 001 - Lote 001</b>									
001	39734 HERBICIDA GLIFOSATO	GL	17,00	Classificado			900,00	15.300,00	*

(GALÃO 20 LITROS) NOME  
COMUM: GLIFOSATO  
NOME QUÍMICO: N-(PHOSPHONOMETHYL)  
GLYCINE  
CONCENTRAÇÃO: SAL DE DIAMÔNIO DE GLIFOSATO  
577,0 G/L (480 G/L EQUIVALENTE ÁCIDO) TIPO DE  
FORMULAÇÃO: CONCENTRADO  
SOLUVELIDADE: HERBICIDA SELETIVO  
CONDICIONAL DE AÇÃO SISTEMÁTICA  
GRUPO QUÍMICO: GLICINA SUBSTITUÍDA  
MECANISMO DE AÇÃO: INIBIDOR DA EPSPS  
CLASSE TOXICOLÓGICA: II ALTAMENTE TÓXICO  
POTENCIAL DE PERICULOSIDADE AMBIENTAL: III  
PERIGOSO AO MEIO AMBIENTE  
NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA  
AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO:  
011119  
EMBALAGENS: 20L  
COMPOSIÇÃO: SAL DE ISOPROPILAMINA DE  
N-(PHOSPHONOMETHYL)  
GLYCINE (GLIFOSATO) ..... 480 G/L  
(48,0% M/V)  
EQUIVALENTE ÁCIDO DE N-(PHOSPHONOMETHYL)  
GLYCINE (GLIFOSATO) ..... 356 G/L (35,6% M/V)  
OUTROS INGREDIENTES ..... 684 G/L (68,4% M/V)

VALOR TOTAL: 15.300,00







SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
Departamento de Licitação e Contratos  
Ibaiti – Paraná



**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

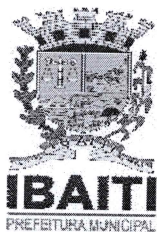
**Dispensa de Licitação nº 99/2023**  
**Processo Administrativo nº 535/2023**

**Objeto:** AQUISIÇÃO DE HERBICIDA A BASE DE GLIFOSATO, PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE IBAITI/PR

Pelo presente **Termo De Ratificação**, tendo recebido nesta data, parecer técnico da Comissão Permanente de Contratação, designada através de Portaria nº 1297/2023 e do reconhecimento da presença de requisitos exigidos pelo art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93, **RATIFICO** a referida Dispensa de Licitação bem como encaminho o presente processo para o Departamento Competente para as devidas providências quanto à aquisição do objeto em epígrafe.

Ibaiti, 21 de Dezembro de 2023.

  
**ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal  
Contratante



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO – SEMAD  
Departamento de Licitação e Contratos  
Ibaiti – Paraná



**EXTRATO DO ATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 99/2023**

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Ibaiti.

**Contratado:** PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.590.203/0001-50

**Objeto:** AQUISIÇÃO DE HERBICIDA A BASE DE GLIFOSATO, PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE IBAITI/PR.

**Dotação Orçamentária:**

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2023	1740	04.001.15.452.0011.2027	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

**Valor Total:** R\$ 15.300,00 (Quinze Mil e Trezentos Reais).

**Vigência:** 60 Dias.

**Fundamento:** Art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93.

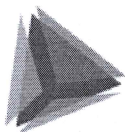
**Foro:** Comarca de Ibaiti, Estado do Paraná.

Ibaiti, 21/12/2023 vinte e um dias de dezembro de 2023

**ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO**  
Prefeito Municipal  
Contratante

**PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA**  
Contratada



**TCEPR**  
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

## Detalhes processo licitatório

## Informações Gerais

Entidade Executora MUNICÍPIO DE IBAITI

Ano\* 2023

Nº licitação/dispensa/inexigibilidade\* 99

## Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito

Instituição Financeira

Contrato de Empréstimo

Modalidade\* Processo Dispensa

Número edital/processo\* 535

Descrição Resumida do Objeto\* AQUISIÇÃO DE HERBICIDA A BASE DE GLIFOSATO, PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE IBAITI/PR

Dotação Orçamentária\* 0400115452001120273390300000

Preço máximo/Referência de preço - R\$\* 15.300,00

Data Publicação Termo ratificação 20/12/2023

Data Abertura 21/12/2023

Data Registro

21/12/2023

Data Cancelamento

Data Registro do Cancelamento

Há itens exclusivos para EPP/ME? Não



Há cota de participação para EPP/ME? Não



Percentual de participação: 0,00

Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME? Não



Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais? Não

**Atenção: o TCE-PR não possui cópia dos arquivos dos editais. Eles devem ser obtidos exclusivamente junto aos municípios/entidades.**Para maiores informações, consulte o site da entidade: <http://www.ibaiti.pr.gov.br>

## MUNICÍPIO DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ

### Comissão Permanente de Contratação Termo de Justificativa – Dispensa de Licitação

**Processo Licitatório:** Processo dispensa Nº. 99/2023

**Processo Administrativo:** nº 535/2023

**Ementa:** AQUISIÇÃO DE HERBICIDA A BASE DE GLIFOSATO, PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE IBAITI/PR

**Base Legal:** Artigos 23, inciso II, alínea "a", e 24, §1º, da Lei nº. 8.666/93, de 21.06.93.

**Empresa:** PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.590.203/0001-50.

O Município de Ibaiti, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 77.008.068/0001-41, Inscrição Estadual Isento, com sede à Rua José de Moura Bueno, 23, Praça dos Três Poderes, na cidade de Ibaiti – Paraná, representado por seu Prefeito, o Senhor Antonely de Cássio Alves de Carvalho, necessita da **AQUISIÇÃO DE HERBICIDA A BASE DE GLIFOSATO, PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE IBAITI/PR.**

Há a informação de dotação orçamentária e disponibilidade financeira para o ano corrente, conforme consta no processo, para realizar a presente contratação.

O menor valor proposto tem seu total estipulado em **R\$ 15.300,00 (Quinze Mil e Trezentos Reais)**, ofertado pela empresa **PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 09.590.203/0001-50, sediada na **RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 547 - CEP: 86430000 - BAIRRO: VILA SÃO JOSÉ CIDADE/UF: Santo Antônio da Platina/PR.**

**Quantitativo e especificações abaixo descritos:**

Lote: 1 - Lote 001

Item	Nome do produto	Quant	Unid	Preço máximo	Preço máximo total
1	HERBICIDA GLIFOSATO (GALÃO 20 LITROS) NOME COMUM: GLIFOSATO NOME QUÍMICO: N-(PHOSPHONOMETHYL) GLYCINE CONCENTRAÇÃO: SAL DE DIAMÔNIO DE GLIFOSATO 577,0 G/L(480 G/L EQUIVALENTE ÁCIDO) TIPO DE FORMULAÇÃO: CONCENTRADO SOLÚVEL CLASSE: HERBICIDA SELETIVO CONDICIONAL DE AÇÃO SISTÊMICA GRUPO QUÍMICO: GLICINA SUBSTITUÍDA MECANISMO DE AÇÃO: INIBIDOR DA EPSPS CLASSE TOXICOLÓGICA: II ALTAMENTE TÓXICO POTENCIAL DE PERICULOSIDADE AMBIENTAL : III PERIGOSO AO MEIO AMBIENTE NÚMERO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO: 01119 EMBALAGENS: 20L COMPOSIÇÃO: SAL DE ISOPROPILAMINA DE N-(PHOSPHONOMETHYL) GLYCINE (GLIFOSATO).....480G/L (48,0% M/V) EQUIVALENTE ÁCIDO DE N-(PHOSPHONOMETHYL) GLYCINE (GLIFOSATO).....356 G/L (35,6% M/V) OUTROS INGREDIENTES .....684 G/L (68,4% M/V)	17,00	GL	900,00	15.300,00
TOTAL					15.300,00



Em conformidade com a Lei Municipal nº 693/2013, LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 101/2000 E LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 137/2011

ANO 2023 | EDIÇÃO Nº 2537 | IBAITI, QUINTA-FEIRA, 21 DE DEZEMBRO DE 2023

PÁGINA 13

O valor proposto no orçamento enquadra-se no disposto no art. 23, inciso II, alínea "a" e no art. 24, inc. II, da Lei nº. 8.666/93, mencionando a dispensa de licitação para contratação de serviços e compras, com pequena relevância econômica, diante da onerosidade de uma licitação.

Destaca-se que a alínea "a" do art. 24, inc. II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, foi alterado pelo Decreto 9.412/2018, publicado no DOU de 19/06/2018, que corrigiu os valores nos seguintes termos:

*Art. 1º Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:*

*(...)*

*II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);*

Desta forma passou-se a vigorar que é **DISPENSÁVEL** a licitação quando o valor para compras for de até 10% (dez por cento) do valor estipulado no art. 23, II, "a", R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais), ou seja, o valor máximo de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

*Art. 24. É dispensável a licitação:*

*(...)*

*II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;*

Nota-se que o valor da contratação está dentro do limite previsto em lei, com isto, objetivamos atender aos princípios da legalidade, economicidade e celeridade, realizando a presente contratação.

Nas palavras do doutor Marçal Justen Filho (2004, p. 236),

*"A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção legislativa entre concorrência, tomada de preços e convite se filia não só à dimensão econômica do contrato. A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades e mais rápido o procedimento licitatório, quanto menor for o valor a ser despendido pela Administração Pública."*

A empresa a ser contratada com o menor valor, encontra-se apta para o fornecimento dos produtos a serem adquiridos considerando as certidões negativas apensadas:

- 1) Prova de inscrição no CNPJ com atividade pertinente ao certame;
- 2) Contrato Social ou Certificado de microempreendedor individual
- 3) Certidão de Tributos Federais;
- 4) Certidão de Tributos Estaduais;
- 5) Certidão de Tributos Municipais;
- 6) Certidão do FGTS;
- 7) Certidão Trabalhista;
- 8) Consulta de Impedidos de Licitar – TCE-Pr
- 9) Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS - Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da

União

Assim, com fundamento nos artigos supracitados da Lei nº. 8.666/93 e na urgência da aquisição apresentamos a justificativa para ratificação e demais considerações que por ventura se fizerem necessárias.

Ibaíti-PR, 21 de Dezembro de 2023.

**Fernando Lopes Louzano de Siqueira**

Agente de Contratação

Portaria nº 1297/2023 de 08 de fevereiro de 2023

**Soraia Rodrigues de Melo**

Membro da Comissão Permanente de Contratação

Portaria nº 1297/2023 de 08 de fevereiro de 2023

**Jacob Elias Neto**

Membro da Comissão Permanente de Contratação

Portaria nº 1297/2023 de 08 de fevereiro de 2023

## MUNICÍPIO DE IBAITI

ESTADO DO PARANÁ

### TERMO DE RATIFICAÇÃO

**Dispensa de Licitação nº 99/2023**  
**Processo Administrativo nº 535/2023**

**Objeto:** AQUISIÇÃO DE HERBICIDA A BASE DE GLIFOSATO, PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE IBAITI/PR

Pelo presente **Termo De Ratificação**, tendo recebido nesta data, parecer técnico da Comissão Permanente de Contratação, designada através de Portaria nº 1297/2023 e do reconhecimento da presença de requisitos exigidos pelo art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93, **RATIFICO** a referida Dispensa de Licitação bem como encaminho o presente processo para o Departamento Competente para as devidas providências quanto à aquisição do objeto em epígrafe.

Ibaity, 21 de Dezembro de 2023.

**ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO**

Prefeito Municipal  
Contratante

### EXTRATO DO ATO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 99/2023

**Contratante:** Prefeitura Municipal de Ibaity.

**Contratado:** PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº 09.590.203/0001-50

**Objeto:** AQUISIÇÃO DE HERBICIDA A BASE DE GLIFOSATO, PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS DO MUNICÍPIO DE IBAITI/PR.

**Dotação Orçamentária:**

Dotações

Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2023	1740	04.001.15.452.0011.2027	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício

**Valor Total:** R\$ 15.300,00 (Quinze Mil e Trezentos Reais).

**Vigência:** 60 Dias.

**Fundamento:** Art. 24, inc. II da Lei nº 8.666/93.

**Foro:** Comarca de Ibaity, Estado do Paraná.

Ibaity, 21/12/2023 vinte e um dias de dezembro de 2023

**ANTONELY DE CÁSSIO ALVES DE CARVALHO**

Prefeito Municipal  
Contratante

**PLANTIUN DISTRIBUIDORA LTDA**

Contratada